



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR)/Projeto Básico e Estudo Técnico Preliminar (caso necessário).

DESCRIÇÃO DA DEMANDA

1. Objeto da Futura Contratação:

SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIO DE ÁGUA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS

ATENÇÃO: Replicar esta informação no item 1.1 do Termo de

Referência

2. Objeto se enquadra em solução de tecnologia da Informação:

() SIM
(X) NÃO

Nota: Resolução

CNMP 283/2024

3. Unidade Solicitante:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS

4. Unidade Gestora do Recurso (Código e Nome):

40.101 -0040/PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS

5. Origem do Recurso: (Marcar com X - Indicar conforme dotação orçamentária destinada à despesa)

(X) RECURSOS PRÓPRIOS - Orçamento do MPBA
() RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO ESTADUAL
() RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO FEDERAL

CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável; caso contrário, informar "Não se aplica")

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

(X) SIM, contratação se encontra prevista no PCA, conforme dados abaixo:

Indicação do Item	Código previsto no PCA publicado	Valor estimado no PCA
01	6	12.000,00
02	7	10.000,00

() NÃO, apresentando-se, a seguir, a justificativa para ausência de previsão no PCA.

JUSTIFICATIVA:

ATENÇÃO: Inserir texto com a

justificativa

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTES DOCUMENTOS

Nome Completo:

JEFFERSON ABEL FERREIRA LIMA

Unidade Administrativa:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS

IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO DA UNIDADE SOLICITANTE

Nome Completo:

HELBER LUIZ BATISTA

Órgão/Unidade:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado no SEI pelo servidor responsável pelo preenchimento.
O superior imediato deverá inserir uma manifestação no SEI dando ciência da solicitação.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Abel Ferreira Lima** - Gestor Administrativo IV, em 03/06/2025, às 17:39, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1557454** e o código CRC **2C434C8E**.

19.09.00973.0016523/2025-72

1557454v1

@descricao_orgao_m

DE VALOR –

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Lei Federal nº 14.133/2021)

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

1.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO DEFINIDO

romotória de

1.3 FORMA DE EXECUÇÃO (escolher UMA opção)

☒ **A - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO.**

☐ **B - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA.**

☐ **C - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS: (escolher UMA opção)**

☐ C.1 - SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

☐ C.2 - SEM

().

☐ C.3 - COM
SERVIÇOS.

☐ C.4 - COM

➤ JUSTIFICATIV

☐ **D - OUTRO(S). Especificar:** [Inserir texto.] _____): [Inserir texto.]

1.4 JUSTIFICATIVA: ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA (escolher UMA opção)

☒ **A - NÃO SE APLICA** (Não se trata de contratação de serviços de engenharia).

☐ **B -** : (preencher B1 e B2)

➤ **B.1 - FUNDAMENTAÇÃO:** [Inserir texto.]

➤ **B.2 -** :

☐ **B.2.1 - TODOS OS ITENS.**

☐ **B.2.2 - PARTE DOS ITENS:** [Especificar quais itens.]



—

DE VALOR —

-

1.5 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

-estar dos

1.6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1.1 BASE LEGAL: (adequar texto à realidade da contratação)

021

2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PARA COTAÇÃO NO PORTAL MPBA: (escolher UMA opção)

() A - NÃO, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA: Não se recomenda a adoção do procedimento previsto no art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021 (divulgação de aviso pelo prazo mínimo de 03 dias úteis) em razão de [inserir texto com a justificativa].

(X) B - SIM, CONFORME REGRAS ABAIXO:

➤ E-

➤

73 3281-

-6004

➤

-mail:

2.2 HABILITAÇÃO

2.2.1 JURÍDICA: (escolher UMA opção ou as DUAS)

(X) A - DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ, Contrato Social e alterações, se houver, e ato constitutivo);



DE VALOR –

() **B - DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA** (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro).

2.2.2 FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar: (TODAS são obrigatórias)

A - Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;

B - Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;

B.1 - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – **caso não seja Bahia:**

C - Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;

D - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);

E - Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica).

2.2.3 TÉCNICA:

(X) **A - NÃO SERÁ EXIGIDA.**

() **B - SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** [Indicar requisitos e especificar regras correspondentes.]

2.2.4 ECONÔMICO-FINANCEIRA:

(X) **A - NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

() **B - CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA.**

() **C - BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INIDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:**

➤ **C”:**

➤ **:**

() **1. Liquidez Corrente (ILC),** que deverá ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: [Inserir texto.]

() **2. Liquidez Geral (LG),** que deverá ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: [Inserir texto.]

() **3. Solvência Geral (SG),** que deverá ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: [Inserir texto.]

() **4. Outro.** Indicar: [Inserir texto contemplando Índice e referencial aceitável.]

() **D - DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL,** igual ou superior a ____ % do valor da licitação (limite legal: 10%);

➤ **:-[Inserir texto .]**



DE VALOR –

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 REGIME DE EXECUÇÃO

- (X) A - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
- () B - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
- () C - OUTRO. Indicar: [Inserir texto.]

3.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

02 (dois) dias úteis

[Redacted area containing multiple lines of blacked-out text]

3.3.2 DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO: (escolher UMA opção)

- () A - .
- (X) B - SIM. CONFORME REGRAS ABAIXO:
- ☐ : EUNÁPOLIS –
- ☐ : De segunda à sexta-
- ☐ Outras Regras:

3.3.3 NECESSIDADE DE AGENDAMENTO COM O MPBA: (escolher UMA opção)

- () A - .
- (X) B - SIM, :
- ☐ EUNÁPOLIS –
- ☐ Telefone e e- (73) 3281-4050 / 3281-6004 [Redacted]
- ☐

DE VALOR –

3.3.4 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

() A - NÃO SE APLICA.

(X) B - APLICA-SE, CONFORME DESCRITO ABAIXO:

[Inserir texto, especificando as demais regras que envolvem a execução contratual em conformidade com as especificidades do objeto.]

3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO: (escolher UMA opção)

() A - REGRAS: (SUGESTÃO)

➤ A.1 -

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM
	10	() Úteis (X) Corridos
	10	() Úteis (X) Corridos

➤ A.2 -

(X) I - RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (regra geral).

() II - OUTRO. Informar: [Inserir texto.]

Ex.: Notificação pelo Contratante.

➤ A.3 -

➤ A.4 -
opção)

() I - NÃO.

(X) II - SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição.

() B - REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):

() C - DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas. (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO).

3.5 REGRAS DE GARANTIA



DE VALOR –

(escolher UMA opção)

(X) A - NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA.

() B - GARANTIA LEGAL PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

() C - GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS.

➤ GARANTIA: [Inserir texto .]

() D - HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA)

➤ : [

➤ : [.]

o [.]

o [.]

() E - DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas. (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO).

3.5.2 : (Somente do item 3.5.1)

3.5.2.1 EXECUTOR DA GARANTIA:

() A - CONTRATADO.

() B - FABRICANTE.

o fabricante: [Inserir texto.]

3.5.2.2 :

() A - _____ DIAS.

() B - _____ MESES.

() C -

(_____)

o [Inserir texto.]



DE VALOR –

3.5.2.3

- () A - Contagem – Escolher UMA opção: () Úteis () Corridos
() B - Contagem – : () Úteis () Corridos
() C - OUTRO (S). Indicar: [Inserir texto.]

3.5.2.4

ATENDIMENTO: (escolher UMA opção)

- () A - ASSISTÊNCIA SEDIADA .
() B - ASSISTÊNCIA SEDIADA NO MUNICÍPIO: [Inserir nome do município.]
() C - ASSISTÊNCIA SEDIADA EM LOCAL A CRITÉRIO DA CONTRATADA.
() D - *ON SITE*, ISTO É, ASSISTÊNCIA PRESTADA DIRETAMENTE NA SEDE DO MPBA (EXCEÇÃO). Regras:

O ()

O

e necessário;

O *on site*: [Inserir texto.]

- () E - OUTRA [Inserir texto.]

3.5.5.5

: (Se houver)

- () A - NÃO SE APLICA.
() B - APLICA-SE, CONFORME DESCRITO ABAIXO:
.]

3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO: (escolher UMA opção)

- (X) A -
() B - ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS, CONFORME REGRAS ABAIXO:

➤ eis):

3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização da contratação, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

3.7.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

3.7.1.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

3.7.1.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados;

3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

3.7.1.2.5 Manter anotação em registro próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.7.1.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual/BA nº 14.634/2023; art. 12, §2º e Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, § 2º).

3.7.1.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.7.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste instrumento.

3.7.1.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.7.1.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

3.7.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo

— DE VALOR —

de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

3.7.1.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.7.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: (escolher UMA opção)

☒ **A - NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1.**

☐ **B - DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:** [Inserir texto com numeração iniciando em 3.7.2.1, vide nota abaixo.]

3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

3.7.3.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.7.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

3.7.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.7.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.7.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

3.7.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.7.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.7.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.7.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.7.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.7.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.7.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

— DE VALOR —

3.7.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.7.3.3.1 Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.7.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.7.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.7.4 DAS MULTAS: (escolher UMA opção)

(X) A - APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:

3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.7.4.2.1 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.7.4.2.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.7.4.2.3 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.7.4.2.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.7.4.2.5 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:

3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

— DE VALOR —

3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

() B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS: (PREENCHER, CONFORME O CASO)

3.7.4.1 Moratória de xxx % (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.7.4.2 Compensatória de xxx % (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.7.4.2.1 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.7.4.2.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.7.4.2.3 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.7.4.2.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.7.4.2.5 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.7.4.3 Compensatória de xxx % (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:

3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;

3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

— DE VALOR —

3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)

3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: ____ dias corridos (regra geral), contados: (escolher UMA opção)

☐ A - DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

☒ B -

☐ C - OUTRO. Indicar:

3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: ____ dias corridos, contados do recebimento provisório.

3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S): (escolher UMA opção)

☐ A - NÃO SE APLICA.

☐ B - PRAZO: (escolher UMA opção)

☐ B.1 – ____ HORAS. Contagem: (escolher UMA opção): ☐ Corridos

☒ B.2 – 03 DIAS.): ☒ Corridos

☐ B.3 – [

3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:

3.8.4.1 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à **CONTRATADA** a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;

3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo

— DE VALOR —

CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;

3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.9 DOS PREÇOS

: (escolher UMA opção)

☒ **A - OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBALAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO.**

➤ **A.1 -**

or para a

➤ **A.2 -**

☐ **B - ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:** [Inserir texto, caso cabível.]

3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS: (escolher UMA opção)

☐ **A -**

☐ **B -**

☒ **C -**

ÇOS.

☐ **D - OUTRO. Indicar:**

3.10 REGRAS DE FATURAMENTO

: (escolher UMA opção)

☐ **A - MENSAL.**

☐ **B -
PEDIDO /**

☒ **C -**

: (escolher UMA opção)

— DE VALOR —

☒ C.1 - AO FINAL DE TODA

☐ C.2 - OUTRO. Indicar: [Inserir texto.]

☐ D - PARCELADO: (escolher UMA opção)

☐ D.1 - QUANTIDADE DE PARCELAS: [Inserir texto.]

☐ D.2 - DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS: [Especificar.]

☐ E - OUTRO (A). Indicar: [Inserir texto.]

3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO: (escolher UMA opção)

☒ A -

☐ B - REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar:
[Inserir texto.]

3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste instrumento será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo **CONTRATANTE**;

3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual;

3.11.5 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3.

— DE VALOR —

3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

3.12 REAJUSTAMENTO

() A -

. REGRAS:

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços: **(escolher UMA opção)**

() A.1 - INPC/IBGE.

() A.2 - OUTRO. Indicar: [Inserir texto.]



- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o **mês** de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.



do

.

(X) B -
CONTRATO,

*

Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços: **(escolher UMA opção)**

(X) B.1 - INPC/IBGE.

() B.2 - OUTRO. Indicar: [Inserir texto.]





—

DE VALOR —

-

- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual.

➤

3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS

3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP): (escolher UMA opção)

(X) A -

() B -

- Prazo de vigência da ARP: _____ meses. (Limitado a 01 ano)
- Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência: (escolher UMA opção)
() NÃO () SIM (Limitado ao total de vigência da ARP de 2 anos)

3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: (escolher UMA opção)

() A - SEM :

() A.1 - _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada.

(X) A.2 – 90 (noventa) dias, contados do recebimento do empenho pela contratada.

() A.3 - _____ meses, contados a partir do dia ____ de _____ de 202x (previsão inicial).*

() A.4 - _____ dias, contados a partir do dia ____ de _____ de 202x (previsão inicial).*

() B - COM :

() B.1 - _____ meses / _____ (escolher

() Opção1: Data certa (previsão inicial) 202X.

() Opção 2:

() B.2 - _____

DE VALOR –

Data certa (previsão inicial):

202X.

() Opção 2:

:

(X) A -

() B – SIM.

➤ Justificativa: [Inserir texto.]

3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS:

3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.14.1.1.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;

3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento;

3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste instrumento;

3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste instrumento não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s)

— DE VALOR —

de tributos pela **CONTRATADA**;

3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;

3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

3.14.1.14 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021);

— DE VALOR —

3.14.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

DO):

(X) A - , sendo

() B - : [Inserir texto.]

3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS:

3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução da contratação, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;

3.15.1.3 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização previstos na contratação, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.15.1.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento.

3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação;

3.

:



—

DE VALOR —

—

(X) A - NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

() B - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: [Inserir texto.]

3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL

(X) A - .

() B -

➤ B.1

() I - .

() II - ____ % (____ por cento).

•

[Inserir texto.]

➤ B.2 : ____

➤ B.3 -garantia:

() I - A MESMA DA CONTRATAÇÃO.

() II - ____ dias/meses após a vigência da contratação.

3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.

3.18 RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

MATRÍCULA:	351971
NOME DO SERVIDOR:	JEFFERSON ABEL FERREIRA LIMA
UNIDADE ADMINISTRATIVA:	Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis

—

DE VALOR —

—

INSERIR ASSINATURA DIGITAL:	<div> Documento assinado digitalmente JEFFERSON ABEL FERREIRA LIMA Data: 04/06/2025 16:16:07-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</div>

Obs.: O documento deverá ser assinado digitalmente pelo servidor responsável pelo preenchimento. Inserir no processo SEI no formato PDF.

— DE VALOR —

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição*
01		Unidade	01	3417 – Desinsetização,
02		Unidade	05	13595 - E

* Verificar em: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Registro ciência dos termos do presente procedimento.

Helber Luiz Batista

Promotor de Justiça

Coordenador Regional



Documento assinado eletronicamente por **Helber Luiz Batista** - Promotor de Justiça, em 04/06/2025, às 19:36, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1560395** e o código CRC **7E085B27**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À Superintendência

Considerando a necessidade urgente de realizar os serviços de dedetização, desratização e higienização dos reservatórios de água da sede da Promotoria de Justiça de Eunápolis, optou-se por não realizar a dispensa eletrônica, considerando a necessidade imediata que garante a salubridade e segurança dos ambientes, prevenindo riscos à saúde dos servidores e do público atendido.

Atenciosamente,
Jefferson Abel Ferreira Lima
Gestor Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Abel Ferreira Lima** - Gestor Administrativo IV, em 04/06/2025, às 16:26, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1559959** e o código CRC **2A538CED**.

19.09.00973.0016523/2025-72

1559959v3



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Senhor Superintendente,

Encaminho expediente referente ao serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatórios de água das Sede da Promotoria de Justiça de Eunápolis, para deliberação da dispensa sob a forma não eletrônica.

Informo que o objeto do serviço está previsto no PCA/2025, Promotoria de Justiça de Eunápolis .

Atenciosamente,

Jefferson Abel Ferreira Lima

Gestor Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Abel Ferreira Lima** - Gestor Administrativo IV, em 04/06/2025, às 16:26, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1559996** e o código CRC **FA14CB00**.

19.09.00973.0016523/2025-72

1559996v2



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis

Considerando a necessidade urgente de realizar os serviços de dedetização, desratização e higienização dos reservatórios de água desta Promotoria, conforme justificativa apresentada no doc. 1559959, autorizo, excepcionalmente, a realização da contratação por meio de dispensa de licitação não eletrônica.

Ante o exposto, retorne-se o presente expediente para instrução processual, com posterior envio à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para análise técnica.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 09/06/2025, às 19:32, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1562419** e o código CRC **98249E56**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À DCCL

Encaminhado expediente para análise e publicação.

JEFFERSON ABEL FERREIRA LIMA
GESTOR ADMINISTRATIVO



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Abel Ferreira Lima** - Gestor Administrativo IV, em 10/06/2025, às 10:52, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1567396** e o código CRC **0785E5E6**.



DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **143/2025**, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis**, para **prestação de serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis**, com pedido de publicação de aviso de interesse em contratar por dispensa de licitação.

Retomamos o presente expediente à **Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis** informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

Na instrução do procedimento em geral:

01. No documento 1557454 relativo ao "**Documento de Formalização da Demanda**":

- Em "Previsão no Plano de Contratação Anual": os códigos informados (6 e 7) na coluna "Código previsto no PCA publicado", bem como os valores informados na coluna "Valor estimado no PCA" estão divergentes em relação aos códigos e valores publicados no Portal da Transparência da Unidade Gestora correspondente. Solicitamos retificar os códigos e valores. Na coluna "Indicação do item", sugerimos que seja informado a descrição formal do item (e não a indicação numérica do mesmo), por exemplo: Dedetização, higienização de reservatório de água;

02. No documento 1560012 relativo ao "**Termo de Referência**":

- No item 3.3.4 relativo as "Demais regras de execução da contratação": foi assinalada a opção "B", no entanto, ficou faltando relacionar as demais regras de execução da contratação. Solicitamos o preenchimento do referido item ou, se for o caso, retificar a alternativa que foi assinalada para a opção "A - Não se aplica";
- No item 3.4 relativo ao "Prazo de Execução": faltou assinalar a opção "A", considerando que foram assinaladas as alternativas "A.1", "A.2" E "A.3";
- No item 3.8.1 relativo ao "Prazo para recebimento provisório": ausência de informação do prazo em dias;
- No item 3.8.2 relativo ao "Prazo para recebimento definitivo": ausência de informação do prazo em dias;
- No item 3.8.3 relativo ao "Prazo para adequação ou substituição de serviços rejeitados": faltou assinalar uma opção. Considerando que foi assinalado o prazo de 03 dias úteis (B.2), sugerimos assinalar a opção "B";
- No item 3.13.2 relativo à "Definição de vigência da contratação": faltou assinalar uma opção. Considerando que foi assinalado o prazo de 90 dias (A.2), sugerimos assinalar a opção "A".

Registramos, oportunamente, que é de suma importância acessar os documentos de instrução do processo via Base de Conhecimento do SEI, haja vista que os mesmos vem sofrendo atualizações face à novos entendimentos dos órgãos de assessoramento e controle, além da identificação de melhorias para o fluxo processual.

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade, para procedermos com a divulgação do aviso no Portal MPBA.

Milena Maria Cardoso do Nascimento

Assistente de Gestão II

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.176

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 10/06/2025, às 15:30, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 10/06/2025, às 15:35, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1567495** e o código CRC **C81B5B09**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR)/Projeto Básico e Estudo Técnico Preliminar (caso necessário).

DESCRIÇÃO DA DEMANDA

1. Objeto da Futura Contratação:

SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIO DE ÁGUA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS

ATENÇÃO: Replicar esta informação no item 1.1 do Termo de

Referência

2. Objeto se enquadra em solução de tecnologia da Informação:

- ☐ SIM
☒ NÃO

Nota: Resolução

CNMP 283/2024

3. Unidade Solicitante:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS

4. Unidade Gestora do Recurso (Código e Nome):

40.101 -0040/PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS

5. Origem do Recurso: (Marcar com X - Indicar conforme dotação orçamentária destinada à despesa)

- ☒ RECURSOS PRÓPRIOS - Orçamento do MPBA
☐ RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO ESTADUAL
☐ RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO FEDERAL

CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável; caso contrário, informar "Não se aplica")

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

(X) SIM, contratação se encontra prevista no PCA, conforme dados abaixo:

Indicação do Item	Código previsto no PCA publicado	Valor estimado no PCA
DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO	PJRdeEUNÁPOLIS-002	13.000,00
MANUTENCAO / HIGIENIZACAO DE RESERVATORIO DE AGUA POTAVEL	PJRdeEUNÁPOLIS-008	10.000,00

() NÃO, apresentando-se, a seguir, a justificativa para ausência de previsão no PCA.

JUSTIFICATIVA:

ATENÇÃO: Inserir texto com a

justificativa

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTES DOCUMENTOS

Nome Completo:

JEFFERSON ABEL FERREIRA LIMA

Unidade Administrativa:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS

IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO DA UNIDADE SOLICITANTE

Nome Completo:

HELBER LUIZ BATISTA

Órgão/Unidade:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado no SEI pelo servidor responsável pelo preenchimento.
O superior imediato deverá inserir uma manifestação no SEI dando ciência da solicitação.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Abel Ferreira Lima** - Gestor Administrativo IV, em 17/06/2025, às 11:07, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1568242** e o código CRC **A7A0C3C8**.

19.09.00973.0016523/2025-72

1568242v1

@descricao_orgao_m



DE VALOR –

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

1.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO DEFINIDO

O

1.3 FORMA DE EXECUÇÃO (escolher UMA opção)

☒ A - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO.

☐ B - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA.

☐ C - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS: (escolher UMA opção)

☐ C.1 - SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

☐ C.2 - SEM

() SERVIÇO).

☐ C.3 - COM
SERVIÇOS.

☐ C.4 - COM

➤ JUSTIFICATIV

() D - OUTRO(S). Especificar: [Inserir texto.] _____): [Inserir texto.]

1.4 JUSTIFICATIVA: ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA (escolher UMA opção)

☒ A - NÃO SE APLICA (Não se trata de contratação de serviços de engenharia).

☐ B - _____ : (preencher B1 e B2)

➤ B.1 - _____ [Inserir texto.]

➤ B.2 - _____ :

☐ B.2.1 - TODOS OS ITENS.

☐ B.2.2 - PARTE DOS ITENS: [Especificar quais itens.]



—

DE VALOR —

-

1.5 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

disso, a

-estar dos

1.6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

No caso do

2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1.1 BASE LEGAL: (adequar texto à realidade da contratação)

.

2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PARA COTAÇÃO NO PORTAL MPBA: (escolher UMA opção)

() A - NÃO, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA: Não se recomenda a adoção do procedimento previsto no art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021 (divulgação de aviso pelo prazo mínimo de 03 dias úteis) em razão de [inserir texto com a justificativa].

(X) B - SIM, CONFORME REGRAS ABAIXO:

➤ E-

➤

contato: 73 3281-

-6004

➤

-mail:

2.2 HABILITAÇÃO

2.2.1 JURÍDICA: (escolher UMA opção ou as DUAS)

(X) A - DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ, Contrato Social e alterações, se houver, e ato constitutivo);



DE VALOR –

() **B - DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA** (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro).

2.2.2 FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar: (TODAS são obrigatórias)

A - Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;

B - Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;

B.1 - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – **caso não seja Bahia:**

C - Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;

D - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);

E - Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica).

2.2.3 TÉCNICA:

(X) **A - NÃO SERÁ EXIGIDA.**

() **B - SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** [Indicar requisitos e especificar regras correspondentes.]

2.2.4 ECONÔMICO-FINANCEIRA:

(X) **A - NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

() **B - CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA.**

() **C - BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INIDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:**

➤ **C”:**

➤ **:**

() **1. Liquidez Corrente (ILC),** que deverá ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: [Inserir texto.]

() **2. Liquidez Geral (LG),** que deverá ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: [Inserir texto.]

() **3. Solvência Geral (SG),** que deverá ser:

() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: [Inserir texto.]

() **4. Outro.** Indicar: [Inserir texto contemplando Índice e referencial aceitável.]

() **D - DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL,** igual ou superior a ____ % do valor da licitação (limite legal: 10%);

➤ **:-** .]



DE VALOR –

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 REGIME DE EXECUÇÃO

- (X) A - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
- () B - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
- () C - OUTRO. Indicar: [Inserir texto.]

3.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

02 (dois) dias úteis

[Redacted area containing multiple lines of blacked-out text]

3.3.2 DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO: (escolher UMA opção)

- () A - .
- (X) B - SIM. CONFORME REGRAS ABAIXO:
- ☐ EUNÁPOLIS –
- ☐ -
- ☐ Outras Regras:

3.3.3 NECESSIDADE DE AGENDAMENTO COM O MPBA: (escolher UMA opção)

- () A - .
- (X) B - SIM, :
- ☐ EUNÁPOLIS –
- ☐ Telefone e e- (73) 3281-4050 / 3281-6004 [Redacted]
- ☐

DE VALOR –

3.3.4 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

☒ A - NÃO SE APLICA.

☐ B - APLICA-SE, CONFORME DESCRITO ABAIXO:

[Inserir texto, especificando as demais regras que envolvem a execução contratual em conformidade com as especificidades do objeto.]

3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO: (escolher UMA opção)

☒ A - REGRAS: (SUGESTÃO)

➤ A.1 -

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM
	10	<input type="checkbox"/> Úteis <input checked="" type="checkbox"/> Corridos
	10	<input type="checkbox"/> Úteis <input checked="" type="checkbox"/> Corridos

➤ A.2 -

☒ I - RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (regra geral).

☐ II - OUTRO. Informar: [Inserir texto.]

Ex.: Notificação pelo Contratante.

➤ A.3 -

corridos.

➤ A.4 -
opção)

☐ I - NÃO.

☒ II - SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição.

☐ B - REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):

☐ C - DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas. (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO).



—

DE VALOR —

-

3.5 REGRAS DE GARANTIA

(escolher UMA opção)

(X) A - NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA.

() B - GARANTIA LEGAL PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

() C - GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS.

➤ : [Inserir texto .]

() D - HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA)

➤ : [

➤ : [.]

o [.]

o [.]

() E - DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas. (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO).

3.5.2 : (Somente do item 3.5.1)

3.5.2.1 EXECUTOR DA GARANTIA:

() A - CONTRATADO.

() B - FABRICANTE.

o fabricante: [Inserir texto.]

3.5.2.2 :

() A - .

() B - _____ MESES.

() C -

(SERVIÇOS)

o [Inserir texto.]



—

DE VALOR —

-

3.5.2.3

,

:

- () A - Contagem — : () Úteis () Corridos
() B - Contagem — : () Úteis () Corridos
() C - OUTRO (S). Indicar: [Inserir texto.]

3.5.2.4

ATENDIMENTO:

- () A - ASSISTÊNCIA SEDIADA .
() B - ASSISTÊNCIA SEDIADA NO MUNICÍPIO: [Inserir nome do município.]
() C - ASSISTÊNCIA SEDIADA EM LOCAL A CRITÉRIO DA CONTRATADA.
() D - *ON SITE*, ISTO É, ASSISTÊNCIA PRESTADA DIRETAMENTE NA SEDE DO MPBA (EXCEÇÃO). Regras:
o ()
o
o *on site*: [Inserir texto.]
() E - OUTRA [Inserir texto.]

3.5.5.5

: (Se houver)

- () A - NÃO SE APLICA.
() B - APLICA-SE, CONFORME DESCRITO ABAIXO:
.]

3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO: (escolher UMA opção)

- (X) A -
() B - ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS, CONFORME REGRAS ABAIXO:



3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização da contratação, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

3.7.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

3.7.1.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

3.7.1.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados;

3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

3.7.1.2.5 Manter anotação em registro próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.7.1.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual/BA nº 14.634/2023; art. 12, §2º e Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, § 2º).

3.7.1.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.7.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste instrumento.

3.7.1.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.7.1.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

3.7.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo

— DE VALOR —

de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

3.7.1.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.7.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: (escolher UMA opção)

☒ **A - NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1.**

☐ **B - DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:** [Inserir texto com numeração iniciando em 3.7.2.1, vide nota abaixo.]

3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

3.7.3.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.7.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

3.7.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.7.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.7.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

3.7.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.7.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.7.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.7.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.7.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.7.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.7.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

— DE VALOR —

3.7.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.7.3.3.1 Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.7.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.7.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.7.4 DAS MULTAS: (escolher UMA opção)

(X) A - APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:

3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.7.4.2.1 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.7.4.2.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.7.4.2.3 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.7.4.2.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.7.4.2.5 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:

3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

— DE VALOR —

3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

() B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS: (PREENCHER, CONFORME O CASO)

3.7.4.1 Moratória de xxx % (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.7.4.2 Compensatória de xxx % (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.7.4.2.1 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.7.4.2.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.7.4.2.3 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.7.4.2.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.7.4.2.5 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.7.4.3 Compensatória de xxx % (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:

3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;

3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

— DE VALOR —

3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)

3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 05 dias corridos (regra geral), contados: (escolher UMA opção)

☐ A - DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

☒ B -

☐ C - OUTRO. Indicar:

3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.

3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S): (escolher UMA opção)

☐ A - NÃO SE APLICA.

☒ B - PRAZO: (escolher UMA opção)

☐ B.1 – Contagem: (escolher UMA opção): ☐ Corridos

☒ B.2 – 03 DIAS.): ☒ Corridos

☐ B.3 – [

3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:

3.8.4.1 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à **CONTRATADA** a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;

3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo

— DE VALOR —

CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;

3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.9 DOS PREÇOS

: (escolher UMA opção)

☒ **A - OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBALAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO.**

➤ **A.1 -**

encargos

➤ **A.2 -**

☐ **B - ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:** [Inserir texto, caso cabível.]

3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS: (escolher UMA opção)

☐ **A -**

☐ **B - VALOR**

☒ **C -**

☐ **D - OUTRO. Indicar:**

3.10 REGRAS DE FATURAMENTO

: (escolher UMA opção)

☐ **A - MENSAL.**

☐ **B -
PEDIDO /**

☒ **C - : (escolher UMA opção)**

— DE VALOR —

☒ C.1 - AO FINAL DE TODA

☐ C.2 - OUTRO. Indicar: [Inserir texto.]

☐ D - PARCELADO: (escolher UMA opção)

☐ D.1 - QUANTIDADE DE PARCELAS: [Inserir texto.]

☐ D.2 - DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS: [Especificar.]

☐ E - OUTRO (A). Indicar: [Inserir texto.]

3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO: (escolher UMA opção)

☒ A -

☐ B - REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar:
[Inserir texto.]

3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste instrumento será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo **CONTRATANTE**;

3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual;

3.11.5 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3.

— DE VALOR —

3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

3.12 REAJUSTAMENTO

() A -

. REGRAS:

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços: **(escolher UMA opção)**

() A.1 - INPC/IBGE.

() A.2 - OUTRO. Indicar: [Inserir texto.]



- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o **mês** de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.



(X) B -
CONTRATO,

*

Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços: **(escolher UMA opção)**

(X) B.1 - INPC/IBGE.

() B.2 - OUTRO. Indicar: [Inserir texto.]





—

DE VALOR —

-

- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual.
-

3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS

3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP): (escolher UMA opção)

☒ A -

☐ B -

- Prazo de vigência da ARP: _____ meses. (Limitado a 01 ano)
- Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência: (escolher UMA opção)
☐ NÃO ☐ SIM (Limitado ao total de vigência da ARP de 2 anos)

3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: (escolher UMA opção)

☒ A -

SEM

:

☐ A.1 - _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada.

☒ A.2 – 90 (noventa) dias, contados do recebimento do empenho pela contratada.

☐ A.3 - _____ meses, contados a partir do dia ____ de _____ de 202x (previsão inicial).*

☐ A.4 - _____ dias, contados a partir do dia ____ de _____ de 202x (previsão inicial).*

☐ B -

COM

:

☐ B.1 - _____ meses / _____ opção)

☐ Opção1: Data certa (previsão inicial)

☐ Opção 2:

☐ B.2 - _____

DE VALOR –

Data certa (previsão inicial)

() Opção 2:

:

(X) A -

() B – SIM.

➤ Justificativa: [Inserir texto.]

3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS:

3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.14.1.1.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;

3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento;

3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste instrumento;

3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste instrumento não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s)

– DE VALOR –

de tributos pela **CONTRATADA**;

3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;

3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

3.14.1.14 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021);

— DE VALOR —

3.14.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

:

(X) A - , sendo
anterior.

() B - : [Inserir texto.]

3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS:

3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução da contratação, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;

3.15.1.3 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização previstos na contratação, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.15.1.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento.

3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação;

:



DE VALOR –

(X) A - NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

() B - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: [Inserir texto.]

3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL

(X) A -

() B -

➤ B.1

() I -

() II -

____ % (

[Inserir texto.]

➤ B.2

➤ B.3

-garantia:

() I - A MESMA DA CONTRATAÇÃO.

() II - _____ dias/meses após a vigência da contratação.

3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.

3.18 RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

MATRÍCULA:	351971
NOME DO SERVIDOR:	JEFFERSON ABEL FERREIRA LIMA
UNIDADE ADMINISTRATIVA:	Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis

—

DE VALOR —

—

INSERIR ASSINATURA DIGITAL:	 Documento assinado digitalmente JEFFERSON ABEL FERREIRA LIMA Data: 17/06/2025 10:00:21-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Obs.: O documento deverá ser assinado digitalmente pelo servidor responsável pelo preenchimento. Inserir no processo SEI no formato PDF.

— DE VALOR —

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição*
01		Unidade	01	3417 –
02		Unidade	05	13595 -

* Verificar em: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Retornamos o presente expediente à **Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis** informando que foi publicado em **17/06/2025** o aviso da **Dispensa de Licitação Nº 143/2025** (doc 1577880) no Portal do MPBA, que poderá ser consultado através da opção "Serviços", "Contratações e Outros Ajustes", no menu lateral "Dispensa de Licitações" (<https://www.mpba.mp.br/contratacoes/3048>).

Assim sendo, solicitamos que a Unidade prossiga com o acompanhamento do recebimento das propostas no e-mail e no prazo estipulado pela referida Unidade e posterior finalização da instrução do processo de dispensa de licitação conforme Base de Conhecimento do processo correlato.

Registramos, oportunamente, que, quando da instrução do procedimento na íntegra, é de suma importância acessar os documentos disponíveis na Base de Conhecimento do SEI, haja vista que os mesmos vem sofrendo atualizações face à novos entendimentos dos órgãos de assessoramento e controle, além da identificação de melhorias para o fluxo processual.

Ressalta-se que, ainda que os processos de contratação direta sejam marcados pela celeridade, para impingir maior segurança jurídica e possibilitar o controle social, o legislador, entre outros documentos previstos no art. 72 da Lei 14.133/2021, exigiu:

Art. 72.....

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

...

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente. (grifo nosso)

Cumpra esclarecer que a publicação do aviso prévio não impede que a unidade demandante possa diligenciar mediante cotação direta com os fornecedores e demais parâmetros estabelecidos no art. 23, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, levando em consideração a necessidade, quando da instrução do procedimento, e m anexar o documento comprobatório de cotação. Reiteramos a importância de observar o quanto disposto no mencionado artigo no que tange ao valor estimado da contratação que deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, conforme segue:

Quanto ao mencionado art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que tange ao valor estimado da contratação, determina o §1º, que deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, conforme segue:

Art. 23. O **valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado** considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. **(grifo nosso)**

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, **o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: (grifo nosso)**

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Nesse sentido alertamos que sejam observadas as instruções da Base de Conhecimento para o preenchimento dos documentos que instruem os autos porque, segundo a norma do art. 73 da Lei Federal nº 14.133/2021, em caso de “erro grosseiro”, tanto o contratado como o agente público poderão responder solidariamente por eventuais danos ao erário, na letra:

Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Milena Maria Cardoso do Nascimento

Assistente de Gestão II

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.176

Paula Souza de Paula Marques

Assistente de Gestão III

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 17/06/2025, às 14:03, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 18/06/2025, às 11:22, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1577870** e o código CRC **7B2059AB**.



de junho de 2025.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 19.09.00973.0016523/2025-72
Dispensa de Licitação nº 143/2025

O Ministério Público do Estado da Bahia, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento a realização de Dispensa de Licitação, em sua forma não eletrônica, que tem objeto a **"serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis"**.

Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas.

As propostas de preços serão recebidas, pelo e-mail eunapolis@mpba.mp.br até às 23h59min do **dia 26 de junho de 2025 (03 dias úteis)**.

Informações detalhadas sobre o objeto da contratação e sobre as regras para participação de fornecedores interessados encontram-se no Termo de Referência, bem como modelo de proposta, disponibilizados para download no Portal MPBA.

Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos através do e-mail acima ou ainda pelos telefones **(73) 3281-4050 ou (73) 3281-6004**.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para o Ministério Público do Estado da Bahia será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração.

Minis

Sede Administrativa: 5ª Avenida

Enviado por milena.nascimento em ter, 17/06/2025 – 14:01

Processo nº:

Tipo:

Data:

Objeto:

Fundamentação legal:

Informações gerais:

Unidade Orçamentária / Gestora:
Eunápolis

Data da Publicação do Aviso: 17/06/2025



Arquivos:







SERVIÇO DE DEDE , DESRA AT A

De Promot a.mp.br>

Data

Para < >; < >

1 anexo (27 KB)

onica__SERVICOS.docx;

A A DE LICITAÇÃO
Pr

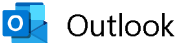
O Ministério Público do Est o para conhecimento dos inter
encontr to a realiza ação, em sua f trônica, que
tem objeto a "SERVIÇ AÇÃO, DESRATIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIO DE
ÁGUA "da Promotoria de Justiça R .
Visando at t e-se prazo às empresas
interessadas neste objeto para a apresentação de propostas.
As propostas de preços serão r xclusivament té às

Informações detalhadas sobre o objeto da contratação e sobre as regras para participação de
fornecedores interessados encontram-se no Termo de Refer oposta,
ados para download no Portal MPBA.
eciment tidos atrav telefone (73)

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para o Ministério Público do Est á
contatada para en tação que comprove reunir as condiç a
contratar c tração.

Atenciosamente,
Jefferson
Gestor





Re: A

De AKIRA DEDE [REDACTED] >
Data
Para Promot [REDACTED] a.mp.br>

📎 11 anexos (4 MB)
certidao negativa municipal akira.pdf; ceertidão trab [REDACTED]; cerrtidão r [REDACTED]; certidao estadual
akira.pdf; crf fgts akira.pdf [REDACTED]; document [REDACTED]; consultarCR [REDACTED];
Akira ddt .pdf [REDACTED]; CNH MARCELO.jpeg;

Bom dia

er

contato.

At.te

omot [REDACTED] a.mp.br>

escreveu:
A A DE LICITAÇÃO Pr
Licitaç

O Ministério Público do Est o para conhecimento dos inter
se encontr to a realiza ação, em sua f trônica,
que tem objeto a “serviço de dedetização, desratizaç ação dos reservat
da Promotoria de Justiça R . Visando at t
e-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de
propostas. As propostas de preços serão r [REDACTED] até às
eis).

Informações detalhadas sobre o objeto da contratação e sobre as regras para participação de
fornecedores interessados encontram-se no Termo de Refer oposta,
ados para download no Portal MPBA eciment tidos
atrav elef

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para o Ministério Público do Estado da Bahia
será contatada para en tação que comprove reunir as condiç a
contratar c tração.

Atenciosamente,

Jefferson
Gestor



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

De: Promotoria de Justiça Eunapolis <eunapolis@mpba.mp.br>

Enviado: sexta-feira, 11 de julho de 2025 10:36

Para: [REDACTED] <[REDACTED]>

Assunto: ENC: AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Processo SEI nº 19.09.00973.0016523/2025-72 Dispensa de Licitação nº 143/2025

A A DE LICITAÇÃO Pr
Licitaç

O Ministério Público do Est o para conhecimento dos inter
se encontr to a realiza ação, em sua f trônica,
que tem objeto a “serviço de dedetização, desratizaç ação dos reservat
da Promotoria de Justiça R . Visando at t
e-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de
propostas. As propostas de preços serão r _____ até às
eis).

Informações detalhadas sobre o objeto da contratação e sobre as regras para participação de
fornecedores interessados encontram-se no Termo de Refer oposta,
ados para download no Portal MPBA eciment tidos
atrav elef

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para o Ministério Público do Estado da Bahia
será contatada para en tação que comprove reunir as condiç a
contratar c tração.

Atenciosamente,
Jefferson Abel Ferreira Lima
Gestor Administrativo
Gestor Executivo CATI R
Ministério Público do Estado da Bahia
Promotoria R

Atenciosamente,
Jefferson
Gestor

De: Promotoria de Justiça Eunapolis

Enviado: terça-feira, 8 de julho de 2025 16:44

Para: [REDACTED] <[REDACTED]>

Assunto: AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Processo SEI nº 19.09.00973.0016523/2025-72 Dispensa de Licitação nº 143/2025

A A DE LICITAÇÃO Pr
Licitaç

O Ministério Público do Est o para conhecimento dos inter
se encontr to a realiza ação, em sua f trônica,
que tem objeto a “serviço de dedetização, desratizaç ação dos reservat
da Promotoria de Justiça R . Visando at t
e-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de
propostas. As propostas de preços serão r _____ até às
eis).

Informações detalhadas sobre o objeto da contratação e sobre as regras para participação de
fornecedores interessados encontram-se no Termo de Refer oposta,
ados para download no Portal MPBA eciment tidos
atrav elef

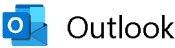
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para o Ministério Público do Est
será contatada para en tação que comprove reunir as condiç a
contratar c tração.

Atenciosamente,
Jefferson
Gestor

--

Financeiro

[REDACTED] 
[REDACTED]



Fw: [redacted] es da Cruz

De: Patricia Melo <[redacted]>
Data:
Para: Promot [redacted] a.mp.br>

📎 4 anexos (1 MB)
C [redacted] ; C [redacted] ; 122.pdf;

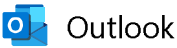
war
De: [redacted]
Dat:
To: [redacted] es da Cruz

--

Super Net

T

Av [redacted]



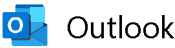
Pr eços

De niv [redacted] >
Data Ter
Para Promot a.mp.br>

📎 2 anexos (633 KB)
D .pdf; PROPOSTA DE PREÇOS.jpeg;

Olá, boa tarde.
xo a proposta de preç t ão.

Atenciosamente,
Nivaldo Gabler



es da Cruz

De Super Net <[redacted]>

Data

Para Promot a.mp.br>[redacted]
<[redacted]>

📎 4 anexos (1 MB)

122.pdf; C ; C ;

--

Super Net

T

Av

Declaro,

do(s) item(ns) abaixo listado(s)

 de cada item.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QTDE	ORÇAMENTO 1 -					PREÇO 2		PREÇO 3		PREÇO 4		PREÇO 5	
			FORNECEDOR	CNPJ ou CPF	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR R	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR R	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
1	ÇÃO	01	AKIRA DESENTUPIDORA E DEDETIZADORA	07.690.972/0001-02	R\$ 5.600,00	ATAACK DEDETIZADORA LTDA ME	R\$ 8975,00	NIVALDO GABLER-SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA	R\$10.220,00	WK MANUTENÇÃO ELÉTRICA E DEDETIZAÇÃO E EXTINTORES	R\$11.460,00				
...															
...															
...															
...															

Notas

1 -	
a	rejeitadas
b	
2 -	
FEDERAL Nº	
nvio de e-	
3 -	
DE :	
4 -	
A (ART. 75, §3º, DA LEI FEDERAL Nº	
- :	
() A)	houve
(X) B)	que
() C) Declaro que,	xx** dias úteis
	nºs 01, 02, 03 e 04
);
	03 dias úteis;
5 -	
:	
31/07/2025	
Matrícula:	
351971	
Ç	ÁPOLIS



Dedetizadora e Desentupidora

AKIRA
DESENTUPIDORA
DEDETIZADORA

(73) 3679-2999 * 98862-3962

98842-8055

CNPJ: 07.690.972 / 0001-02

www.akiradedetizadora.com.br

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(Conforme artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021)PROPOSTA DE PREÇOS

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

DADOS DO FORNECEDOR:		
RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA		
NOME FANTASIA (PJ): AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA		CNPJ / CPF:
ENDEREÇO: AV DOS FLAMBOYANTES 837 - VILLAGE 2		
MUNICÍPIO: PORTO SEGURO	UF:BA	CEP:45810-000
TELEFONE COMERCIAL: (73) 36792999/(73)988623962		E-MAIL:akiraddt@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO RODRIGUES		
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO (QUANDO HOVER): MARCELO RODRIGUES		

PROPOSTA DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Reservatórios de alvenaria	12.000 litros	02	R\$1.250,00	R\$2.500,00
2	Reservatórios de polietileno	3.000 litros	03	R\$650,00	R\$ 1.950,00
3	Desinsetização preventiva contra insetos rasteiros, Na área interna do prédio com 24 salas e na área Externa: caixas de passagem de gordura, esgoto e elétricas.		01	R\$1.150,00	R\$1.150,00
...					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$5.600,00	

DATA DA PROPOSTA: 14/07/2025

PRAZO DA EXECUÇÃO DO (S) SERVIÇO (S): 02 (dois) dias.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)

07.690.972/0001-02

Akira Desinsetizadora
e Desentupidora Ltda.Av: Dos flamboyantes nº16 Quadra OA
Village II Cep:45.810.000 Porto Seguro / BA



TIVA DA PESSOA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.690.972/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/11/2005
NOME EMPRESARIAL AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA		PORTE ME
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas		
A 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente		
NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO [REDAZIDA]	[REDAZIDA]	[REDAZIDA]
[REDAZIDA]	[REDAZIDA]	[REDAZIDA]
ENDEREÇO ELETRÔNICO [REDAZIDA]	TELEFONE (73) 3679-2999	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/2005	
[REDAZIDA]		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



Junta Comercial do Estado da Bahia

06/12/2024

Certifico o Registro sob o nº 98579218 em 06/12/2024

Protocolo 247318442 de 07/11/2024

Nome da empresa AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA NIRE [REDACTED]

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 73933536534128

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral

AKIRA

			100 %

Página 2



Junta Comercial do Estado da Bahia

06/12/2024

Certifico o Registro sob o nº 98579218 em 06/12/2024

Protocolo 247318442 de 07/11/2024

Nome da empresa AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA NIRE

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 73933536534128

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral



labore”

“pró-

Página 3



Junta Comercial do Estado da Bahia

06/12/2024

Certifico o Registro sob o nº 98579218 em 06/12/2024

Protocolo 247318442 de 07/11/2024

Nome da empresa AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA NIRE [REDACTED]

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 73933536534128

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral



DO FORO



Página 4



Junta Comercial do Estado da Bahia

06/12/2024

Certifico o Registro sob o nº 98579218 em 06/12/2024

Protocolo 247318442 de 07/11/2024

Nome da empresa AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA NIRE [REDACTED]

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 73933536534128

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

NOME DA EMPRESA	AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA
PROTOCOLO	247318442 - 07/11/2024
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

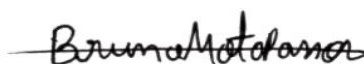
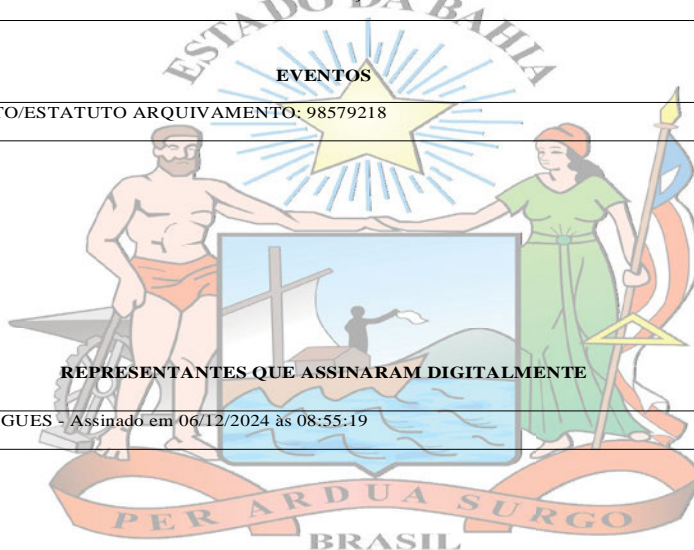
NIRE [REDACTED]
CNPJ 07.690.972/0001-02
CERTIFICO O REGISTRO EM 06/12/2024
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98579218 DE 06/12/2024 DATA AUTENTICAÇÃO 06/12/2024

EVENTOS

051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98579218

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: [REDACTED] - MARCELO RODRIGUES - Assinado em 06/12/2024 às 08:55:19



BRUNO MOTA PASSOS
Secretário-Geral

Junta Comercial do Estado da Bahia

06/12/2024

Certifico o Registro sob o nº 98579218 em 06/12/2024

Protocolo 247318442 de 07/11/2024

Nome da empresa AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA NIRE [REDACTED]

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 73933536534128

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2024

por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral

SECRETARIA MUNICIPAL
DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA



ALVARÁ SANITÁRIO

973/2024

AKIRA DESINSETIZAÇÃO E DESENTUPIDORA LTDA

CNPJ: 07.690.972/0001-02

A Secretaria Municipal de Saúde, através do Departamento de Vigilância Sanitária de acordo com a legislação sanitária vigente, concede a licença de funcionamento a:

Nome Fantasia: AKIRA DESINSETIZADORA

Sítio a: ALA DAS ESPATODIAS, 21

Bairro: VILLAGE I

Município: PORTO SEGURO

Responsável Legal: MARCELO RODRIGUES

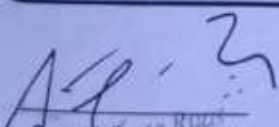
Responsável Técnico: PEDRO HENRIQUE RODRIGUES CRBIO 99684/03

Conforme Processo: 1587/2024

Observações:

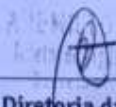
Comércio varejista de hortifrutigranjeiros.

Data de validade: 21/08/2025


Secretário Municipal
de Saúde

Débora Rosa Tavares
Coordenadora Técnica de Vigilância em Saúde
Decreto Nº 13 981/22

Superintendência da
Vigilância em Saúde


Diretoria da Vigilância
Sanitária

licenciamento dos estabelecimentos sujeitos a fiscalização pela Vigilância Sanitária Municipal será revalidado anualmente, pedido de revalidação anual de licença deverá ser instruído com o alvará do ano anterior com antecedência de 120 (cento e vinte) dias. O alvará sanitário deverá obrigatoriamente ser fixado em lugar visível ao público.

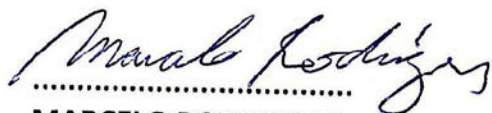


Em caso de dúvidas, de posse do comprovante, contate seu gerente ou a Central no 40901685 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 7701685 (demais localidades). Reclamações, informações e cancelamentos: SAC 0800 728 0728, 24 horas por dia ou Fale Conosco: www.itaui.com.br/empresas. Se não ficar satisfeito com a solução, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07,690.972/0001-02, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) - MARCELO RODRIGUES, portador(a) da Carteira de Identidade nº [REDACTED] Órgão expedido [REDACTED] do C.P.F. [REDACTED] DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

Porto Seguro, BA, 14 de Julho de 2025.



MARCELO RODRIGUES

CP

RO

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

Akira Desinsetizadora e Desentupidora Ltda sediada à Av do Flamboyantes 837 -Porto Seguro /BA, inscrita no CNPJ/CPF sob o número 07.690.972/0001-02, declara, nos termos da Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação para Limpeza de caixa d'água e desinsetização, decorrente de Dispensa de Licitação, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP.

Porto Seguro , 14 de julho de 2025.



MARCELO RODRIGUES

AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA

NOME COMPLETO DO DECLARANTE / CARGO DO DECLARANTE



Dedetizadora e Desentupidora

AKIRA
DESENTUPIDORA
DEDETIZADORA

(73) 3679-2999 * 98862-3962

98842-8055

CNPJ: 07.690.972 / 0001-02

www.akiradedetizadora.com.br

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA, sediada à Av dos Flamboyantes, 870 – Village II – Porto Seguro – Bahia inscrita no CNPJ/CPF sob o número 07.690.972/0001-02, declara, nos termos da Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação para serviços de desinsetização e lavagem de caixa d'água, decorrente de Dispensa de Licitação, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP.

Porto Seguro, 14 de Julho de 2025.

ASSINATURA DO DECLARANTE

MARCELO RODRIGUES
SOCIO ADMINISTRADOR



Prefeitura Municipal de Porto Seguro

Secretaria Municipal da Fazenda

Av. Dos Navegantes, 333

Centro - Porto Seguro - BA

CEP: [REDACTED]

CNPJ: 13.635.016/0001-12

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número: 001565/2025.E

Nome/Razão Social: **AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA**

Nome Fantasia: **AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA**

Inscrição Municipal: [REDACTED]

CPF/CNPJ: **07.690.972/0001-02**

Endereço: [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Observação:

Esta certidão foi emitida em 13/07/2025 com base no Código Tributário Municipal.

Certidão válida até: **11/09/2025**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **9600011188020000018178060001565202507130**



Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:

<https://portoseguro.admsistemas.srv.br/verificar-autenticidade>

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Impresso em 13/07/2025 às 19:55:41



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20253653296**

RAZÃO SOCIAL AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 067.603.029	CNPJ 07.690.972/0001-02

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 13/07/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.690.972/0001-02

Razão Social: DESINSTIZADORA E DESENT AKIRA LTDA

Endereço: [REDACTED] / 45810-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/07/2025 a 17/08/2025

Certificação Número: 2025071901361460913266

Informação obtida em 01/08/2025 10:51:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Nome:
CNPJ:

1.

o

2.

negativa.

o

o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.690.972/0001-02
Certidão n°: 39874772/2025
Expedição: 13/07/2025, às 19:35:34
Validade: 09/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **07.690.972/0001-02**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **07.690.972/0001-02**

Razão Social: **AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA**

Atividade Econômica Principal:

8122-2/00 - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

Endereço



Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 13/07/2025 20:03

1 de 1

INSERIR TIMBRE
DA EMPRESA OU PESSOA FÍSICA

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(Conforme artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021)

PROPOSTA DE PREÇOS

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

DADOS DO FORNECEDOR:		
RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): ATACK DETETIZADORA LTDA ME		
NOME FANTASIA (PJ): ATACK DETETIZADORA		CNPJ: 06.900.966/0001-61
ENDEREÇO: Rua 01, 342, Recanto das Árvores		
MUNICÍPIO: Eunápolis	UF: BA	CEP: 45828-054
TELEFONE COMERCIAL: [REDACTED]	E-MAIL: atack1939@hotmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: Arnor Gonçalves da Cruz		
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO (QUANDO HOUVER):		

PROPOSTA DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	DESINSETIZACAO / DESCUPINIZAÇÃO / DESRATIZAÇÃO	UND	01	R\$ 5.250,00	R\$ 5.250,00
2	MANUTENCAO / HIGIENIZACAO DE RESERVATORIO DE AGUA POTAVEL	UND	05	R\$ 745,00	R\$ 3.725,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$ 8975,00	

DATA DA PROPOSTA: 07/07/2025

PRAZO DA EXECUÇÃO DO (S) SERVIÇO (S): 10 (dez) dias.

Data de revisão 30 dias após a aplicação
Garantia de 06 meses



Assinatura e carimbo
(Representante legal)

06.900.966/0001-61

ATACK DEDETIZADORA LTDA.-ME

Rua 01 Nº 342 Bairro
Recanto das Árvores - CEP 45.820-000
Eunápolis BA

REGRAS/OBSERVAÇÕES PARA PRECIFICAÇÃO**

- A oferta dos itens deverá abranger todas as características do objeto, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas no Termo de Referência
- Somente serão admitidas propostas com valores unitários e totais em duas casas decimais para os centavos.
- Este é apenas um modelo de documento, apresentado com a finalidade de demonstrar as informações mínimas que deverão constar na proposta comercial do fornecedor. Este, porém poderá utilizar o formato que melhor lhe convier, desde que todas as informações solicitadas estejam claramente disponíveis.

** Excluir quando do preenchimento do documento

**INSERIR TIMBRE
DA EMPRESA OU PESSOA FÍSICA**

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(Conforme artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021)

PROPOSTA DE PREÇOS

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

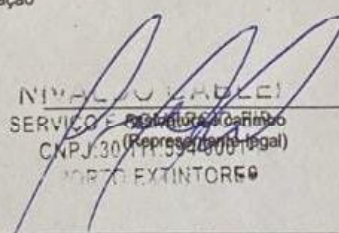
DADOS DO FORNECEDOR:		
RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): NIVALDO GABLER SERVIÇO E COMERCIO LTDA		
NOME FANTASIA (PJ): PORTO EXTINTORES	CNPJ: 30.111.594/0001-79	
ENDEREÇO: RUA 1, 20, NOVO ARRAIAL - ARRAIAL DAJUDA		
MUNICÍPIO: Porto Seguro	UF: BA	CEP: 45816-000
TELEFONE COMERCIAL: (27) 9885-3742	E-MAIL: portoextintores@hotmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: NIVALDO GABLER		
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO (QUANDO HOUVER):		

PROPOSTA DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	DESINSETIZACAO / DESCUPINIZAÇÃO / DESRATIZAÇÃO	UND	01	R\$ 5.620,00	R\$ 5.620,00
2	MANUTENCAO / HIGIENIZACAO DE RESERVATORIO DE AGUA POTAVEL	UND	05	R\$ 920,00	R\$ 4.600,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$ 10.220,00	

DATA DA PROPOSTA: 07/07/2025

PRAZO DA EXECUÇÃO DO (S) SERVIÇO (S): 10 (dez) dias.

Data de revisão 30 dias após a aplicação
Garantia de 06 meses


 NIVALDO GABLER
 SERVIÇO E COMERCIO LTDA
 CNPJ: 30.111.594/0001-79
 PORTO EXTINTORES

REGRAS/OBSERVAÇÕES PARA PRECIFICAÇÃO**
<ul style="list-style-type: none"> - A oferta dos itens deverá abranger todas as características do objeto, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas no Termo de Referência - Somente serão admitidas propostas com valores <u>unitários e totais</u> em duas casas decimais para os centavos. - Este é apenas um modelo de documento, apresentado com a finalidade de demonstrar as informações mínimas que deverão constar na proposta comercial do fornecedor. Este, porém poderá utilizar o formato que melhor lhe convier, desde que todas as informações solicitadas estejam claramente disponíveis. <p>** Excluir quando do preenchimento do documento</p>

WK MANUTENÇÃO EIRELI-ME
DEDETIZAÇÃO E EXTINTORES

RUA [REDACTED]
[REDACTED]

CNPJ: 26.164.226/0001-11

Cliente: Ministério Público do estado da Bahia

Orçamento:

DEDETIZAÇÃO:	Total: 5.835.00
E UMA LIMPEZA DE 5 TANQUES R\$: 1125.00 cada	Total: 5.625
	Total: 11.460

Data de revisão 30 dias após a aplicação

Garantia de 06 meses



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATAÇÃO - DECLARAÇÃO EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

DECLARO, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro vigente e subsequentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/GESTORA*	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA**
1	40101/0040	4058	7900	0.100.000000	33.90.39.000

* Ex: 40x 01 / 00xx

** Ex: xx.xx.xx

*** Obs: Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE:

DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA *	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ***
1	33.90.39.000	R\$ 224.960,62	R\$ 5.600,00	4,01%

* Ex: xx.xx.xx

** Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

*** Percentual da despesa sobre o saldo orçamentário

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

(X) A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

() O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO(R\$)
	R\$
	R\$

4) ORIGEM DO RECURSO:

(x) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.

() Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

() Recursos Oriundos de Convênio Federal.

* É possível assinalar mais de uma opção.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula:	Nome Completo:	Cargo/Função:
351971	JEFFERSON ABEL FERREIRA LIMA	GESTOR ADMINISTRATIVO

Unidade Administrativa:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Abel Ferreira Lima** - Gestor Administrativo IV, em 04/08/2025, às 11:01, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1634213** e o código CRC **FC372F66**.

19.09.00973.0016523/2025-72

1634213v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

MEMÓRIA DE CÁLCULO - SALDO DISPONÍVEL PARA USO

UNIDADE GESTORA: 0040 - PJR DE EUNÁPOLIS

CÓD PDM / CÓD SERVIÇO: 3417 - DEDETIZAÇÃO E 13595 - HIGENIZAÇÃO RESERVATÓRIO

LIMITE CONTRATAÇÃO 2025 R\$ 62.725,59

PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES 2025

PROCESSO SEI CONTRATAÇÃO	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO + A SER EXECUTADO EM 2025
19.09.00973.0016523/2025-72	PJR de EUNÁPOLIS	R\$ 5.600,00	5.600,00
TOTAL		R\$ 5.600,00	R\$ 5.600,00

SALDO DISPONÍVEL PARA USO
ATUALIZADO - 2025

=

R\$ 57.125,59



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Abel Ferreira Lima** - Gestor Administrativo IV, em 04/08/2025, às 11:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1634372** e o código CRC **C0DC2A04**.



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Exercício igual a 2025															
Código da Unidade Gestora igual a 40															
Exercício:		2025													
Esfera:		F - Fiscal													
Órgão:		40 - Ministério Público - MPE													
Unidade Orçamentária:		40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência													
Unidade Gestora:		0040 - Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis													
Função:		03 - Essencial à Justiça													
Subfunção:		122 - Administração Geral													
Programa de Governo:		464 - Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania													
PAOE:		4058 - Funcionamento de Promotoria Regional do Ministério Público													
Região:		7900 - Costa do Descobrimento													
Objetivo do PAOE:		Assegurar o funcionamento das promotorias regionais do Ministério Público, possibilitando aprimorar a rede de integração da gestão administrativa													
Produto:		2518 - Promotoria regional em funcionamento													
Quantidade Prevista:		2,00 unidade													
Quantidade Atual:		2,00 unidade													
Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
3.3.90.39.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
Região	Total do Tesouro		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Região		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
PAOE	Total do Tesouro		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal PAOE		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
Programa	Total do Tesouro		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Programa		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
UO	Total do Tesouro		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal UO		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
Órgão	Total do Tesouro		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Órgão		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
Geral	Total do Tesouro		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral		351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.039,38	126.039,38	62.836,38	55.274,33	224.960,62



MANIFESTAÇÃO - GESTOR ORÇAMENTÁRIO

AUTORIZO a realização da despesa, mediante contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO ELETRÔNICA**.

DECLARO, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INFORMO, ademais, que o valor dispendido se encontra dentro do limite por ramo de atividade no exercício financeiro, em respeito aos ditames do art.75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir:

Descrição do item Descrever o item objeto da contratação.	Código PDM/Código do serviço Inserir código PDM do item OU o código do serviço	Saldo disponível para uso (R\$)* Fazer a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação e o valor já contratado. Neste sentido, esclareceremos conforme segue abaixo ("a" e "b")	Valor previsto nesta dispensa (R\$) Informar o valor previsto na contratação
SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO DESRAZATIZAÇÃO	3417	R\$ 57.125,59	R\$ 1.150,00
HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA	13595	R\$ 57.125,59	R\$ 4.450,00

Obs: Incluir quantas linhas forem necessárias, a fim de constarem todos os itens da dispensa

a) Limite de valor:

- Obras e serviços de engenharia: R\$ 125.451,15 (2025)
- Outros serviços e compras: R\$ 62.725,59 (2025)

b) Valor contratado = Informação prestada na coluna "Código PDM / Código do Serviço".

INDICO os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	HELBER LUIZ BATISTA	353831
FISCAL ADMINISTRATIVO	ROSANGELA MARIA CARNEIRO OLIVEIRA	352393
SUPLENTE	JEANE DÉBORA FERREIRA SERAFIM	352597
FISCAL TÉCNICO	ROSANGELA MARIA CARNEIRO OLIVEIRA	352393
SUPLENTE	JEANE DÉBORA FERREIRA SERAFIM	352597

Havendo designação de fiscais setoriais e/ou auxiliares de fiscalização, indicar por meio de anexo ao presente formulário

Obs: Registra-se que o(a) servidor(a) indicado(a) como fiscal administrativo pode também exercer a função de fiscal técnico da mesma forma que seus suplentes.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 01 (um) dia útil.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome Completo:	Matrícula:
HELBER LUIZ BATISTA	353831
Unidade Administrativa:	Cargo/Função:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS	PROMOTOR DE JUSTIÇA



Documento assinado eletronicamente por **Helber Luiz Batista** - Promotor de Justiça, em 04/08/2025, às 11:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1634430** e o código CRC **0F039227**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

EU, HELBER LUIZ BATISTA, matrícula 353831, estou ciente da designação para a atribuição de Gestor de Contrato, conforme indicado no documento. (1634430)



Documento assinado eletronicamente por **Helber Luiz Batista** - Promotor de Justiça, em 04/08/2025, às 11:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1634468** e o código CRC **57081324**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Eu, ROSANGELA MARIA CARNEIRO OLIVEIRA, matrícula 352393, estou ciente da designação para a atribuição de Fiscal Administrativo, conforme indicado no documento "Manifestação - Gestor Orçamentário).

Eu, ROSANGELA MARIA CARNEIRO OLIVEIRA, matrícula 352393, estou ciente da designação para a atribuição de Fiscal Técnico, conforme indicado no documento "Manifestação - Gestor Orçamentário).



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela Maria Carneiro Oliveira** - Assistente Técnico Administrativa, em 04/08/2025, às 10:45, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1634479** e o código CRC **DA94C693**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Eu, JEANE DÉBORA FERREIRA SERAFIM, matrícula 352597, estou ciente da designação para a atribuição de Suplente de Fiscal Administrativo, conforme indicado no documento "Manifestação - Gestor Orçamentário).

Eu, JEANE DÉBORA FERREIRA SERAFIM, matrícula 352597, estou ciente da designação para a atribuição de Suplente de Fiscal Técnico, conforme indicado no documento "Manifestação - Gestor Orçamentário).



Documento assinado eletronicamente por **Jeane Debora Ferreira Serafim** - Assistente Técnico Administrativa, em 04/08/2025, às 14:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1634486** e o código CRC **E4DD7C5F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À DCCL,

Segue, para análise, processo de Dispensa de Licitação de serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água para atender à Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis.



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Maria Carneiro Oliveira** - Assistente Técnico Administrativa, em 04/08/2025, às 10:50, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1634499** e o código CRC **359354F4**.



DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **143/2025**, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis**, para serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda (doc. 1568242) e no Termo de Referência (doc. 1577365).

Retomamos o presente expediente à **Unidade Demandante** informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

01. No documento 1634167 relativo à "**Tabela de Preços |Orçados**":

1.1 No item 2: foi informado que a pesquisa de fornecedores foi realizada através de sites de busca (Google). Solicitamos anexar documento comprobatório relativo à pesquisa em sites de busca;

02. Nas **propostas** 1631281 x 1634389 x 1634395 x 1634397: observamos divergência nas cotações apresentadas.

2.1 Na **proposta da empresa selecionada (doc. 1631281)**: observamos divergência na descrição do serviço relativo a manutenção / higienização de reservatório de água potável em relação ao que foi descrito no apenso I do Termo de Referência (doc. 1577365). Solicitamos anexar nova proposta de modo a guardar similaridade com o que foi descrito no Termo de Referência, bem como demais propostas;

PROPOSTA DE PREÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Reservatórios de alvenaria	10.000 litros	01	R\$1.250,00
2	Reservatórios de polietileno	3.000 litros	03	R\$600,00
3	Desinsetização preventiva contra insetos rasteiros, Na área interna do prédio com 24 salas e na área externa: calhas de passagem de gordura, esgoto e elétricas.		01	R\$1.150,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$5.600,00

2.2 Nas **demais propostas**: observamos que foram contempladas a previsão de período de revisão após a aplicação e garantia de 06 meses;

Assim sendo, esclarecemos que todas as propostas devem guardar similaridade entre as mesmas e de acordo com o que foi solicitado no Termo de Referência;

03. No documento 1634213 relativo à "**Declaração - Executor Orçamentário**": o percentual do "impacto orçamentário" informado não corresponde com a relação "previsão de gasto com a contratação no ano" x "Saldo de dotação". Solicitamos anexar novo documento com a informação retificada;

04. No documento 1634372 relativo à "**Memória de Cálculo**": foi contemplada a presente contratação no cálculo, no entanto, esclarecemos que o valor a ser informado é igual a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação (**R\$ 62.725,59**) e o **valor já contratado** (caso tenha sido contratado anteriormente através da Lei Federal nº 14.133/2021) com o mesmo ramo de atividade (códigos dos serviços 3417 e 13595) com impacto no **exercício de 2025**. Neste sentido, solicitamos a juntada de nova memória de cálculo, ainda que não existam outras contratações que impactem no referido saldo, no ano vigente, ou alternativamente que seja juntada uma manifestação do executor orçamentário informando que não foi contratado outros serviços de mesmo PDM (códigos dos serviços) com impacto orçamentário no corrente ano.

05. No documento 1634430 relativo à "**Manifestação - Gestor Orçamentário**": na coluna "Saldo disponível para uso": foi informado os mesmos valores para os códigos de serviços a serem contratados. Esclarecemos que os valores a serem informados é a **subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação (R\$ 62.725,59) e o valor já contratado em 2025**. Solicitamos atualização do referido documento, tendo em vista que a memória de cálculo será retificada.

Registramos, oportunamente, que é de suma importância acessar os documentos de instrução do processo via Base de Conhecimento do SEI, haja vista que os mesmos vem sofrendo atualizações face à novos entendimentos dos órgãos de assessoramento e controle, além da identificação de melhorias para o fluxo processual.

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Milena Maria Cardoso do Nascimento
Assistente de Gestão II
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.176

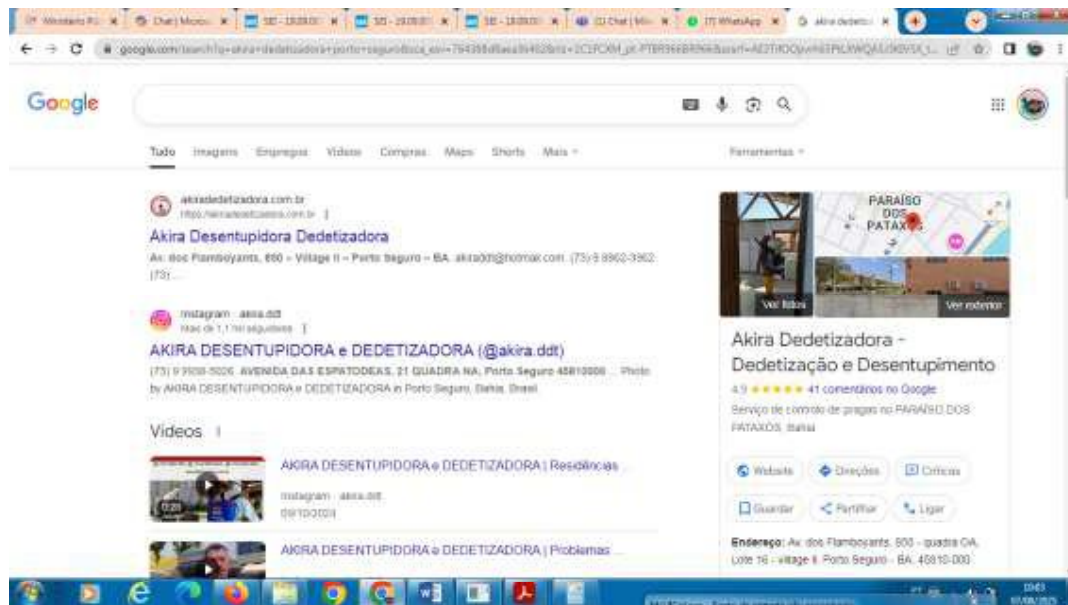


Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 06/08/2025, às 15:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.

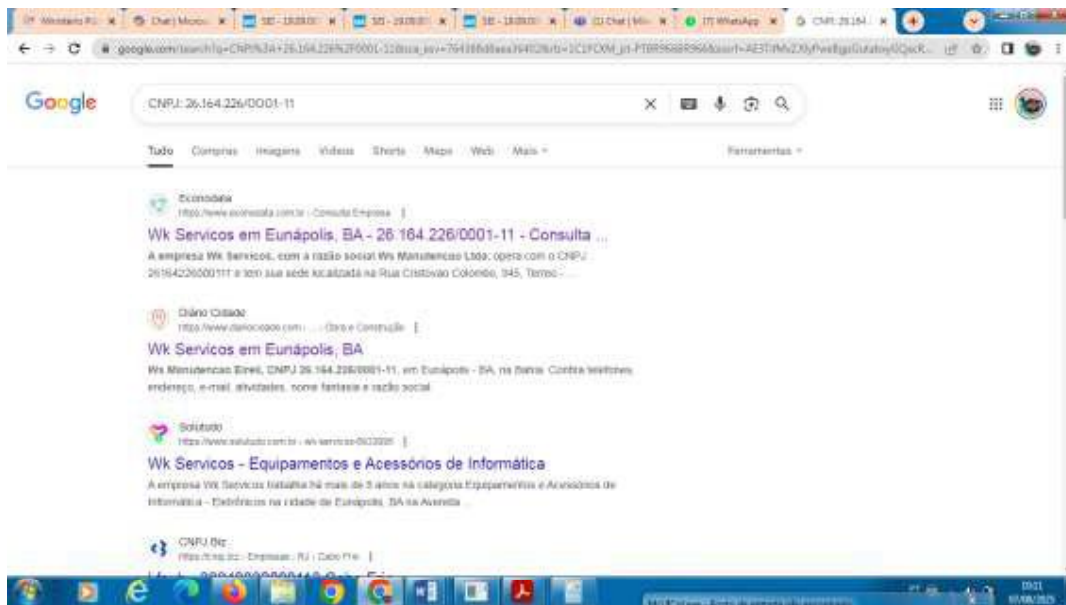
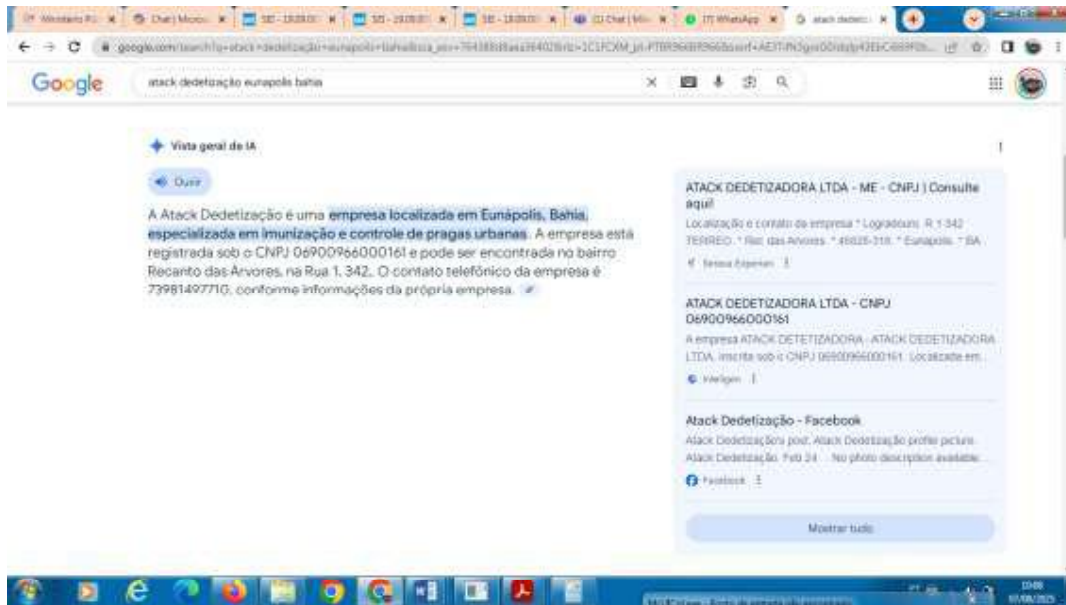


A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1640445** e o código CRC **4C24A59A**.

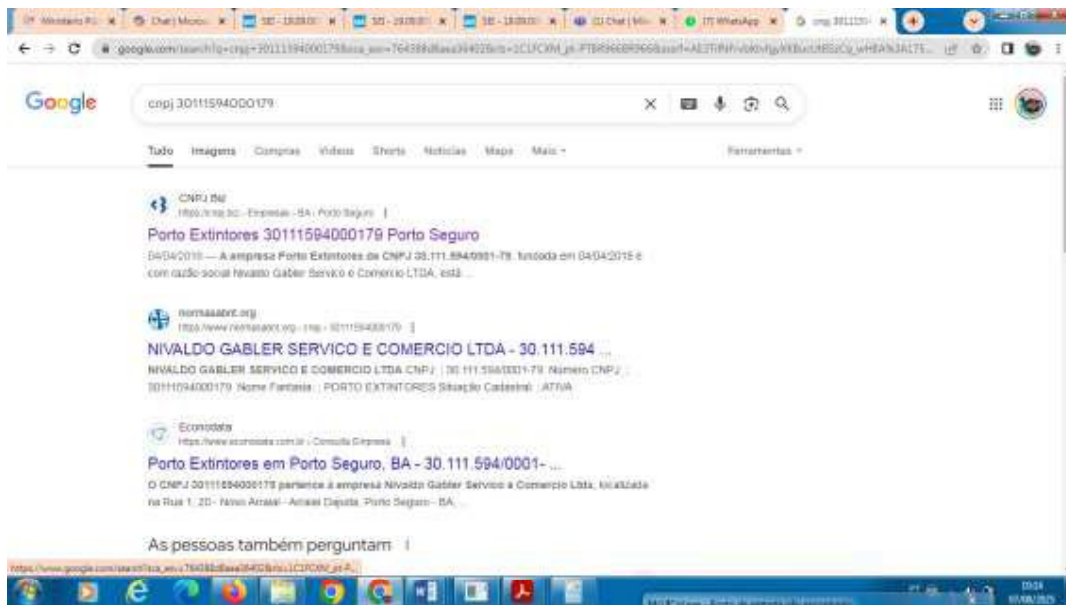
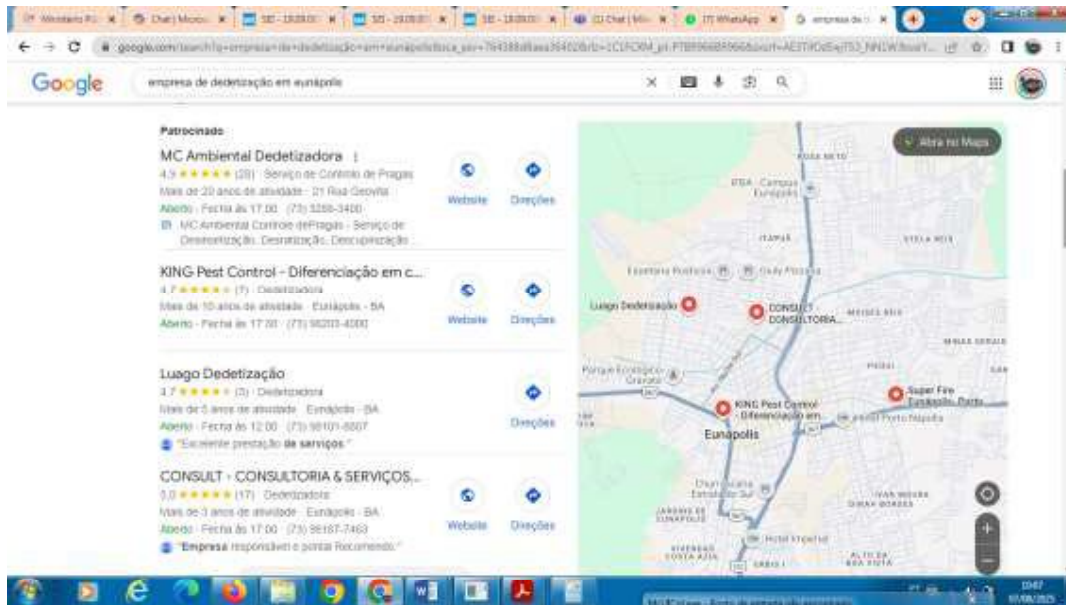
PESQUISA NO GOOGLE



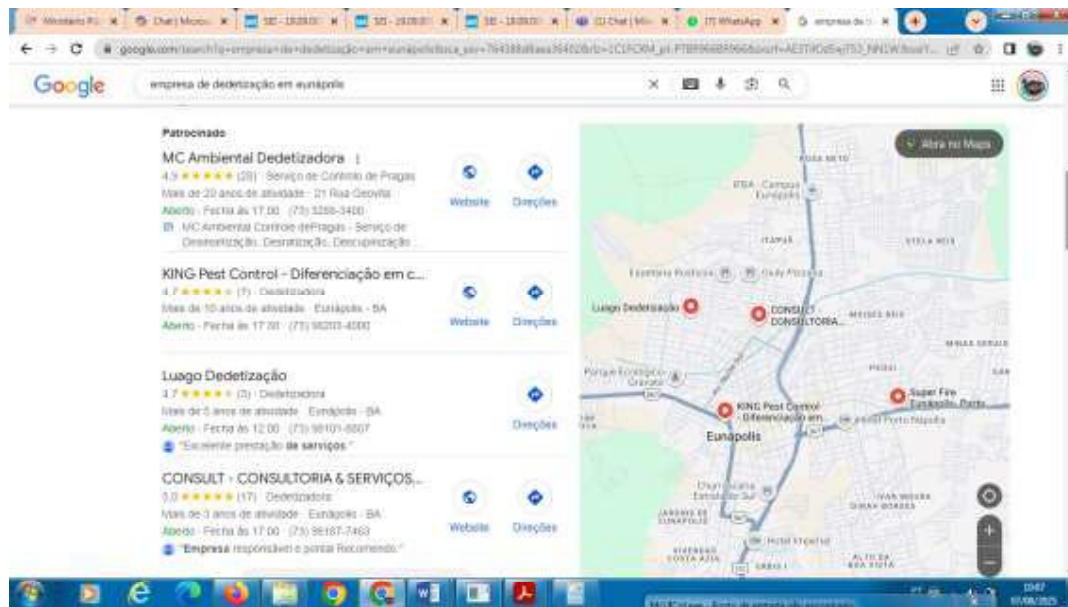
PESQUISA NO GOOGLE



PESQUISA NO GOOGLE



PESQUISA NO GOOGLE





(73) 3679-2999 * 98862-3962

98842-8055

CNPJ: 07.690.972 / 0001-02

www.akiradedetizadora.com.br

PROPOSTA DE PREÇOS

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

DADOS DO FORNECEDOR:		
RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA.		
NOME FANTASIA (PJ): AKIRA E DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA		CNPJ / CPF: 07.690.972/0001-02
ENDEREÇO: AV. DOS FLAMBOYANTES, 837 VILLAGE 2		
MUNICÍPIO: PORTO SEGURO	UF: BA	CEP: 45810-000
TELEFONE COMERCIAL: (73) 3679-2999 (73) 98862-3962		E-MAIL: akiraddt@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO RODRIGUES		
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO (QUANDO HOUVER): MARCELO RODRIGUES		

PROPOSTA DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Higienização dos reservatórios de água	12.000	02	R\$1.250,00	R\$2.500,00
2	Higienização dos reservatórios de água	3.000	03	R\$650,00	R\$R\$1.950,00
3	Desinsetição preventiva contra insetos rasteiros, na área interna do prédio com 24 salas e na área externa em caixas de esgoto, elétricas e de gordura		01	R\$1.150,00	R\$1.150,00
...					
...					
...					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$ 5.600,00	

DATA DA PROPOSTA: 14/07/2025

PRAZO DA EXECUÇÃO DO (S) SERVIÇO (S): 02 (dois) dias.

DATA DA REVISÃO : 30 DIAS

GARANTIA : 6 MESES

AKIRA
DESINSETIZADORA E
DESENTUPIDORA
LTDA

Assinado de forma digital por
AKIRA DESINSETIZADORA E
DESENTUPIDORA
LTDA:07
Dados: 2025.08.07 15:30:22
-03'00'

Assinatura e carimbo
(Representante legal)



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATAÇÃO - DECLARAÇÃO EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

DECLARO, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro vigente e subsequentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/GESTORA*	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA**
1	40101/0040	4058	7900	0.100.000000	33.90.39.000

* Ex: 40x 01 / 00xx

** Ex: xx.xx.xx

*** Obs: Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

RS 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE:

DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA *	SALDO DE DOTAÇÃO (RS)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (RS)	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ***
1	33.90.39.000	RS 224.960,62	RS 5.600,00	2,48

* Ex: xx.xx.xx

** Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

*** Percentual da despesa sobre o saldo orçamentário

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

(X) A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

() O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO(R\$)
	R\$
	R\$

4) ORIGEM DO RECURSO:

(x) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.

() Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

() Recursos Oriundos de Convênio Federal.

* É possível assinalar mais de uma opção.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula:	Nome Completo:	Cargo/Função:
351971	JEFFERSON ABEL FERREIRA LIMA	GESTOR ADMINISTRATIVO
Unidade Administrativa: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS		



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Abel Ferreira Lima** - Gestor Administrativo IV, em 08/08/2025, às 10:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1643549** e o código CRC **E1219E09**.

19.09.00973.0016523/2025-72

1643549v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À DCCL,

Certifico para os devidos fins que não houve nenhuma contratação, nesta Unidade Gestora (0040), com os códigos de serviço **3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização** e **13595 - Manutenção / Higienização de reservatório de água**, com impacto no orçamento do ano de 2025.

Jefferson Abel Ferreira Lima

Gestor Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Abel Ferreira Lima** - Gestor Administrativo IV, em 08/08/2025, às 10:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1643703** e o código CRC **460C667C**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - GESTOR ORÇAMENTÁRIO

AUTORIZO a realização da despesa, mediante contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO ELETRÔNICA**.

Obs: Informar se é Eletrônica ou Não Eletrônica

DECLARO, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INFORMO, ademais, que o valor dispendido se encontra dentro do limite por ramo de atividade no exercício financeiro, em respeito aos ditames do art.75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir:

Descrição do item Descrever o item objeto da contratação.	Código PDM/Código do serviço Inserir código PDM do item OU o código do serviço	Saldo disponível para uso (R\$)* Fazer a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação e o valor já contratado. Neste sentido, esclareceremos conforme segue abaixo ("a" e "b")	Valor previsto nesta dispensa (R\$) Informar o valor previsto na contratação
SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO DESATIZAÇÃO	3417	R\$ 62.725,59	R\$ 1.150,00
HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA	13595	R\$ 62.725,59	R\$ 4.450,00

Obs: Incluir quantas linhas forem necessárias, a fim de constarem todos os itens da dispensa

a) Limite de valor:

- Obras e serviços de engenharia: R\$ 125.451,15 (2025)
- Outros serviços e compras: R\$ 62.725,59 (2025)

b) Valor contratado = Informação prestada na coluna "Código PDM / Código do Serviço".

INDICO os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	HELBER LUIZ BATISTA	353831
FISCAL ADMINISTRATIVO	ROSANGELA MARIA CARNEIRO OLIVEIRA	352393
SUPLENTE	JEANE DÉBORA FERREIRA SERAFIM	352597
FISCAL TÉCNICO	ROSANGELA MARIA CARNEIRO OLIVEIRA	352393
SUPLENTE	JEANE DÉBORA FERREIRA SERAFIM	352597

Havendo designação de fiscais setoriais e/ou auxiliares de fiscalização, indicar por meio de anexo ao presente formulário

Obs: Registra-se que o(a) servidor(a) indicado(a) como fiscal administrativo pode também exercer a função de fiscal técnico da mesma forma que seus suplentes.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 01 (um) dia útil.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome Completo: HELBER LUIZ BATISTA	Matrícula: 353831
Unidade Administrativa: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE EUNÁPOLIS	Cargo/Função: PROMOTOR DE JUSTIÇA



Documento assinado eletronicamente por **Helber Luiz Batista** - Promotor de Justiça, em 11/08/2025, às 10:10, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1643735** e o código CRC **AFC6815A**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À DCCL,

Segue, para análise, processo de Dispensa de Licitação de serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água para atender à Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis.



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela Maria Carneiro Oliveira** - Assistente Técnico Administrativa, em 11/08/2025, às 10:21, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1646046** e o código CRC **ABA5728E**.



DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **143/2025**, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis**, para serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda (doc. 1568242) e no Termo de Referência (doc. 1577365).

Retomamos o presente expediente à **Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis** informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

01. Nas **propostas** 1643511 x 1634389 x 1634395 x 1634397: observamos divergência nas cotações apresentadas.

Na **proposta da empresa selecionada (doc. 1643511) atualizada**: observamos divergência na descrição do serviço relativo a manutenção / higienização de reservatório de água potável em relação ao que foi descrito no apenso I do Termo de Referência (doc. 1577365), de modo que não é possível confirmar que o serviço que a empresa está ofertando efetivamente corresponde à necessidade do MPBA.

Proposta da empresa selecionada

x

Descrição no Apenso I do Termo de Referência

PROPOSTA DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	regeneração dos reservatórios de água	12.000	02	R\$1.250,00	R\$2.500,00
2	Higienização dos reservatórios de água	3.000	03	R\$500,00	R\$1.500,00
3	Desinsetização preventiva contra insetos rasteiros, na área interna do prédio com 24 salas e na área externa em calças de esgoto, elétricas e de saneamento		01	R\$1.150,00	R\$1.150,00
...					
...					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$ 5.600,00	

x

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição*
01	DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO	Unidade	01	3417 - Desinsetização, Desratização, Dedetização.
02	HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA	Unidade	05	13595 - Manutenção e higienização de reservatório de água potável.

Observamos, ademais, que em todas as propostas, exceto na proposta vencedora, o valor dos serviços de desinsetização, descupinização e desratização é bem superior ao da proposta vencedora, ou seja, uma diferença superior de mais de R\$ 5.000,00 entre a proposta vencedora e as demais propostas. Considerando que a descrição

- Empresa vencedora: R\$ 1.150,00
- Empresa Attack: R\$ 5.250,00
- Empresa Nivaldo: R\$ 5.620,00
- Empresa WK Manutenção: R\$ 5.835,00

Deste modo, solicitamos da Unidade a confirmação da adequação da proposta vencedora à necessidade do MPBA.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Milena Maria Cardoso do Nascimento
Assistente de Gestão II
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 11/08/2025, às 11:57, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1646375** e o código CRC **C6E69C13**.



Dedetizadora e Desentupidora

(73) 3679-2999 * 98862-3962

98842-8055

CNPJ: 07.690.972 / 0001-02

www.akiradedetizadora.com.br

PROPOSTA DE PREÇOS

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:

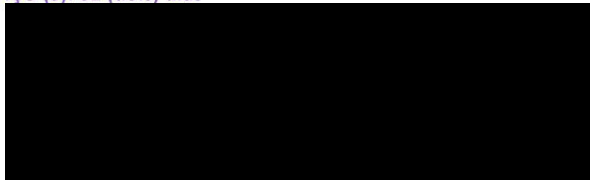
DADOS DO FORNECEDOR:		
RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA.		
NOME FANTASIA (PJ): AKIRA E DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA		CNPJ / CPF: 07.690.972/0001-02
ENDEREÇO: AV. DOS FLAMBOYANTES, 837 VILLAGE 2		
MUNICÍPIO: PORTO SEGURO	UF: BA	CEP: 45810-000
TELEFONE COMERCIAL: (73) 3679-2999 (73) 98862-3962		E-MAIL: akiraddt@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO RODRIGUES		
RESPOSNSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO (QUANDO HOVER): MARCELO RODRIGUES		

PROPOSTA DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	MANUTENCAO / HIGIENIZACAO DE RESERVATORIO DE AGUA POTAVEL	12.000	02	R\$1.250,00	R\$2.500,00
2	MANUTENCAO / HIGIENIZACAO DE RESERVATORIO DE AGUA POTAVEL	3.000	03	R\$650,00	R\$R\$1.950,00
3	DESINSETIZACAO / DESRATIZACAO / DEDETIZACAO		01	R\$1.150,00	R\$1.150,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$ 5.600,00	

DATA DA PROPOSTA: 14/07/2025

PRAZO DA EXECUÇÃO DO (S) SERVIÇO (S): 02 (dois) dias.

DATA DA REVISÃO : 30 DIAS



(Representante legal)

GARANTIA : 6 MESES



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que as certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, do FGTS e trabalhista da empresa pretensa contratada, **AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA**, CNPJ nº **07.690.972/0001-02**, encontram-se **válidas**, bem assim que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da referida empresa, ou de seu sócio, conforme documento anexo (doc 1647759).

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Maria Cardoso do Nascimento
Assistente de Gestão II
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 11/08/2025, às 17:20, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1647738** e o código CRC **EB6FEC3F**.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **07.690.972/0001-02**

Razão Social: **AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA**

Atividade Econômica Principal:

8122-2/00 - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

Endereço



Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

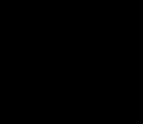
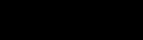


Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.690.972/0001-02 DUNS®: 
Razão Social: AKIRA DESINSETIZADORA E DE  RA LTDA
Nome Fantasia: AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 12/07/2026
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	04/01/2026	Automática
FGTS	Validade:	17/08/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	09/01/2026	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	13/09/2025
Receita Municipal	Validade:	11/09/2025

Emitido em: 11/08/2025 17:11

CPF: 974.XXX.XXX-20 Nome: MILENA MARIA CARDOSO DO NASCIMENTO

Ass: _____

1 de 1



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.690.972/0001-02 DUNS®: 898304680
Razão Social: AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA
Nome Fantasia: AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: [REDACTED] Participação Societária: 100,00%
Nome: MARCELO RODRIGUES
Número do Documento: [REDACTED] Órgão Expedidor:
[REDACTED] Data de Nascimento: [REDACTED]
Filiação [REDACTED] LEONILDA RODRIGUES DE ALMEIDA
Estado Civil:
[REDACTED]
Endereço [REDACTED]
[REDACTED]
Telefone:
E-mail:



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 11/08/2025 17:11:38

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA**
CNPJ: **07.690.972/0001-02**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARCELO RODRIGUES**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:12:14 do dia 11/08/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: ZZ00110825171214

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (11/08/2025 às 17:12) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 689A.4EB4.7835.D156 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DADOS

OS

Integrado de Admin
(Sistema Integrado

Diário Of
ceira do Go

M) ma

ma
08/2025

Dados da consulta:

7:07:11

FILTROS APLICADOS

CPF / CNPJ sancionados:

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum									



Comprasnet.Ba**mp**

Natureza Jurídica: Pessoa Física

Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	NPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	---------	----------	-------	-----------

Voltar

Governo do Estado da Bahia

Comprasnet.Ba**mp**

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica

Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	NPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	---------	----------	-------	-----------

Voltar

Governo do Estado da Bahia



DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação não eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **143/2025**, encaminhado pela **Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis**, para serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda (doc. 1568242) e no Termo de Referência (doc. 1577365).

De acordo com os documentos constantes nos autos, fora realizada pesquisa de preço, sendo obtidas 04 (quatro) propostas. Deste modo, a proposta mais vantajosa para a Instituição é a da empresa **AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA**, CNPJ nº **07.690.972/0001-02**, pelo preço total de **R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)**, conforme proposta 1647524.

Observa-se que a unidade apresentou motivação para não realização da dispensa na forma eletrônica, conforme justificativa apresentada na manifestação 1559959 e 1559996.

Registra-se que as despesas correrão por conta da **Unidade Gestora 40.101/0040 – Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis**, conforme Declaração - Executor Orçamentário (doc 1643549).

É válido salientar, ainda, que, em que pese se trate de contratação cuja análise da Assessoria Técnico Jurídica encontra-se dispensada, conforme disposto no artigo 17, I do Ato Normativo 048/2024, e não havendo sido estabelecido parecer sistêmico para balizar a análise da conformidade processual, esta Diretoria tomou por base o opinativo que consta acostado no procedimento SEI 19.09.02335.0000379/2024-63, para contratação por Dispensa de Licitação fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021. No referido procedimento foi exarado o Parecer Nº 30/2024 da Assessoria Técnico Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa (doc 0934308) o qual indicou parâmetros para análise da instrução procedimental em tais tipos de contratação, conforme segue abaixo detalhado:

1. Necessidade de atentar-se ao artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual exige de maneira obrigatória os seguintes documentos, todos constantes do presente expediente:

- a) Documento de Formalização da Demanda - anexado aos autos;
- b) Estimativa da despesa - cotação com fornecedores;
- c) Parecer jurídico e pareceres técnicos - dispensável;
- d) Demonstração da compatibilidade dos recursos orçamentários - anexado aos autos como documentos "Declaração - Executor Orçamentário" e "Manifestação - Gestor Orçamentário";
- e) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima (sendo facultada a qualificação técnica) - anexado aos autos (cartão CNPJ, contrato social, certidões de regularidade e outros);
- f) Razão da escolha do contratado - constante na Tabela de Preços Orçados;
- g) Justificativa do preço - constante na Tabela de Preços Orçados;
- h) Autorização da autoridade competente - constante na Manifestação do Gestor Orçamentário.

2. Na oportunidade, a Assessoria Técnico Jurídica pontuou a necessidade da seguinte complementação da instrução, os quais seguem abaixo indicados com a respectiva indicação do cumprimento pela Unidade Demandante:

- a) Que a Unidade Gestora apresente a justificativa da escolha dos fornecedores para fins de realização da pesquisa, conforme informado na Tabela de Preços Orçados;
- b) A juntada de declaração de que a empresa a ser contratada cumpre o art. 7º, XXXIII da CF/1988, bem como declaração exigida pela Resolução CNMP nº 37/2009 - anexadas aos autos;
- c) Realização de publicação do aviso no Portal do MPBA (procedimento previsto no art. 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021) - documentos anexados aos autos;
- d) Que o setor responsável pelo pagamento informe se há possibilidade de pagamento por meio de cartão de pagamento e, em caso negativo, justifique nos autos a impossibilidade - manifestação DICOFIN 0938722 acostada no procedimento SEI 19.09.02335.0000379/2024-63;
- e) Que a unidade demandante se manifeste acerca da previsão da despesa no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando o quanto estabelecido no art. 14 do Ato Normativo nº 048/2024 - conforme Documento de Formalização da Demanda, a unidade indicou a previsão da contratação no PCA da respectiva Unidade Gestora.

Após análise da instrução do processo em epígrafe com base nos parâmetros acima delineados, verifica-se que o mesmo está em conformidade, resguardando-se a responsabilidade pelas informações prestadas por cada uma das unidades envolvidas. Informamos, ainda, que o referido processo não haverá celebração de contrato. A formalização se dará apenas com a emissão de empenho. Neste sentido, esclarecemos que, em que pese as especificidades observadas na execução do objeto contratado, o instrumento formal de contrato não é obrigatório, conforme disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que a opção pela contratação sem tal meio de formalização coube à Unidade Gestora dos recursos.

Caso a decisão do Superintendente seja pela autorização da referida contratação, **solicitamos informar um número de portaria** para designação de gestor e fiscalização da contratação, tendo em vista os servidores indicados na Manifestação do Ordenador de Despesas.

Diante do exposto, encaminhamos o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para análise e deliberação. Registramos, especialmente, a necessidade de elaboração de **manifestação decisiva/autorização** a fim de que possamos dar cumprimento à publicação da mesma no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Milena Maria Cardoso do Nascimento
Assistente de Gestão II
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.176

Paula Souza de Paula Marques
Assistente de Gestão III
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 12/08/2025, às 08:46, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente de Gestão III, em 12/08/2025, às 08:54, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1647763** e o código CRC **6D1AE601**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,

Considerando a instrução processual, com fundamento nas Leis Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, bem como as informações prestadas por essa Coordenação (doc. SEI nº 1647763), autorizo a dispensa de licitação, catalogada nessa unidade sob o nº **143/2025**, em favor da empresa **AKIRA DESINSETIZADORA E DESENTUPIDORA LTDA**, CNPJ nº 07.690.972/0001-02, pelo preço total de **R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)**, conforme proposta 1647524, para serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda (doc. 1568242) e no Termo de Referência (doc. 1577365).

Em tempo, informo o número da Portaria - 436/2025, relativa às indicações de gestor e fiscais da contratação.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente expediente para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

ANDRÉ LUIS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 15/08/2025, às 22:57, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1653669** e o código CRC **BC590C09**.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 162/2025

Última atualização 18/08/2025

Local: Salvador/BA **Órgão:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Unidade compradora: 926302 - EBA - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 18/08/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 04142491000166-1-000223/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis

Informação complementar:

Unidade Gestora 40.101/0040 – Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis - Dispensa de Licitação nº 143/2025

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 5.600,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 5.600,00

Itens

Arquivos

Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Desinsetização / Desratização / Dedetização Desinsetização / Desratização / Dedetização	1	R\$ 1.150,00
2	Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável	2	R\$ 1.250,00
3	Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável	3	R\$ 650,00

Exibir:

5

1-3 de 3 itens

Página:

1

< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portal.deservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800.978.9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.

Dispensa de licitação não eletrônica nº 143/2025

Processo nº:

19.09.00973.0016523/2025-72

Tipo:

Dispensa de Licitação

Data:

terça-feira, Junho 17, 2025 – 14:00

Objeto:

Prestação de serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis

Fundamentação legal:

Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021

Informações gerais:

Unidade Orçamentária / Gestora: 40.101/0040 – Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis

Data da Publicação do Aviso: 17/06/2025

Link da Publicação no PNCP – Ato que autoriza a contratação: <https://pncp.gov.br/app/editais/04142491000166/2025/223>



Arquivos:



Aviso de Dispensa de Licitação



Termo de Referência



Modelo de Proposta



Autorização





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 436/2025

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.00973.0016523/2025-72, RESOLVE

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização da contratação decorrente da Dispensa de Licitação nº 143/2025, relativo à prestação de serviço de dedetização, desratização e higienização dos reservatório de água da Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis.

GESTOR DO CONTRATO: Helber Luiz Batista, matrícula 353.831.

FISCAL ADMINISTRATIVO e SUPLENTE: Rosangela Maria Cameiro Oliveira, matrícula 352.393 e Jeane Débora Ferreira Serafim, matrícula 352.597 respectivamente.

FISCAL TÉCNICO e SUPLENTE: Rosangela Maria Cameiro Oliveira, matrícula 352.393 e Jeane Débora Ferreira Serafim, matrícula 352.597 respectivamente.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 18/08/2025, às 18:33, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1657489** e o código CRC **40C3A550**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à **Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis- Unidade de Execução Orçamentária**, acompanhado da publicação da autorização da **Dispensa de Licitação Nº 143/2025** no Portal Nacional de Contratações Públicas ([Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](https://portal.nacionaldecontratacoes.gov.br) (www.gov.br)) e no Portal do MPBA (<https://www.mpba.mp.br/contratacoes/3048>).

Em virtude da não exigência legal de publicação das portarias de gestão e fiscalização, bem assim considerando que os servidores designados manifestaram ciência da designação, registramos que deixamos de realizar as publicações no Diário de Justiça Eletrônico acerca das portarias designatórias.

Por fim, em atenção ao quanto disposto no art.18, § 1º do Ato Normativo 036 de 09 de agosto de 2024, solicitamos que o servidor responsável pela execução orçamentária, **quando da instrução do processo de pagamento, anexe o empenho com posterior remessa, concomitante, ao fiscal administrativo da contratação**, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12; e a esta Coordenação, **no prazo de 08 (oito) dias úteis**, para divulgação do Portal Nacional de Contratações Públicas, para fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 18, § 1º: O processo de pagamento deverá ser iniciado pelo servidor responsável pela execução orçamentária da unidade gestora mediante encarte do empenho emitido, com posterior remessa ao fiscal administrativo da contratação, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12. (grifo nosso)

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

...

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta. (grifo nosso)

Não havendo atos adicionais a serem praticados por esta Coordenação, concluímos o presente expediente na unidade.

Milena Maria Cardoso do Nascimento

Assistente de Gestão II

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 19/08/2025, às 08:32, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1657607** e o código CRC **304373F6**.